Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018 8

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017 9

Demonstração do Valor Adicionado 10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 11

Balanço Patrimonial Passivo 12

Demonstração do Resultado 14

Demonstração do Resultado Abrangente 15

Demonstração do Fluxo de Caixa 16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018 17

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017 18

Demonstração do Valor Adicionado 19

Relatório da Administração 20

Notas Explicativas 34

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva 92

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 96

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 97

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 98

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.622
Preferenciais	17.080
Total	26.702
Em Tesouraria	
Ordinárias	160
Preferenciais	0
Total	160

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	26/04/2018	Dividendo	18/12/2018	Ordinária		0,21798
Assembléia Geral Ordinária	26/04/2018	Dividendo	18/12/2018	Preferencial		0,21798

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	164.650	462.217
1.01	Ativo Circulante	23.043	21.747
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	760	11
1.01.03	Contas a Receber	52	51
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	52	51
1.01.03.02.04	Outras	52	51
1.01.06	Tributos a Recuperar	179	192
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	179	192
1.01.07	Despesas Antecipadas	625	66
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.427	21.427
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	21.427	21.427
1.02	Ativo Não Circulante	141.607	440.470
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.281	25.125
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.680	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	18.601	25.125
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	11.827	18.402
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	6.744	6.693
1.02.01.10.05	Outros	30	30
1.02.02	Investimentos	120.966	414.091
1.02.02.01	Participações Societárias	120.966	414.091
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	120.943	414.068
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	23	23
1.02.03	Imobilizado	360	1.150
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	360	1.150
1.02.04	Intangível	0	104
1.02.04.01	Intangíveis	0	104
1.02.04.01.02	Intangível em Operação	0	104

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	164.650	462.217
2.01	Passivo Circulante	23.913	17.541
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	383	467
2.01.01.01	Obrigações Sociais	111	213
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	272	254
2.01.02	Fornecedores	1.719	996
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.719	996
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.719	996
2.01.03	Obrigações Fiscais	63	69
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	63	69
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	59	66
2.01.03.01.05	Outras	4	3
2.01.05	Outras Obrigações	21.748	16.009
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.183	7.996
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	2.183	7.996
2.01.05.02	Outros	19.565	8.013
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.832	5.832
2.01.05.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10.000	0
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	1.096	2.181
2.01.05.02.09	Contas a Pagar a Ex-Acionistas	2.637	0
2.02	Passivo Não Circulante	19.831	22.654
2.02.02	Outras Obrigações	11.634	14.111
2.02.02.02	Outros	11.634	14.111
2.02.02.02.03	Dividendos e JCP a Pagar	11.634	11.634
2.02.02.02.04	Contas a Pagar a Ex-Acionistas	0	2.477
2.02.03	Tributos Diferidos	4.586	4.407
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.586	4.407
2.02.04	Provisões	3.611	4.136
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.611	4.136
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.246	4.130
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	365	6
2.03	Patrimônio Líquido	120.906	422.022
2.03.01	Capital Social Realizado	282.999	282.999
2.03.02	Reservas de Capital	5.311	5.244
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.311	5.244
2.03.04	Reservas de Lucros	-233	123.047
2.03.04.01	Reserva Legal	0	37.749
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-233	-233
2.03.04.10	Reserva para Futuro Aumento de Capital	0	85.531
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-178.450	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.279	10.732

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-298.574	-49.493
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.147	-6.111
3.04.02.01	Honorários da Administração	-1.902	-2.281
3.04.02.02	Plano de Opções de Compra de Ações	-67	-119
3.04.02.04	Outras	-2.178	-3.711
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	134	85
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-889	-1.832
3.04.05.01	Depreciações a Amortizações	-851	-1.693
3.04.05.02	Outras	-38	-139
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-293.672	-41.635
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-298.574	-49.493
3.06	Resultado Financeiro	-495	357
3.06.01	Receitas Financeiras	636	1.456
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.131	-1.099
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-299.069	-49.136
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-218
3.08.02	Diferido	0	-218
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-299.069	-49.354
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-2.661	-2.655
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-2.661	-2.655
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-301.730	-52.009
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-11,30667	-1,94892
3.99.01.02	PN	-11,30667	-1,94892
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-11,30667	-1,94892
3.99.02.02	PN	-11,30335	-1,94684

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-301.730	-52.009
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-458
4.03	Resultado Abrangente do Período	-301.730	-52.467

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.460	5.095
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-3.822	-5.345
6.01.01.01	Prejuízo Líquido Antes do IR/CS	-299.069	-49.136
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	894	1.778
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	293.672	41.635
6.01.01.06	Encargos Financeiros s/ Empréstimos e Obrigações	533	270
6.01.01.07	Planos de Opções de Compra de Ações	67	119
6.01.01.08	Outras Provisões Operacionais	81	-11
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.362	10.440
6.01.02.04	Outros Ativos Operacionais	-547	12.184
6.01.02.05	Fornecedores	723	-200
6.01.02.08	Outros Passivos Operacionais	-1.176	-709
6.01.02.09	Fluxo das Atividades Operacionais das Operações Descontinuadas	2.362	-835
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.209	-5.241
6.03.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10.000	0
6.03.02	Pagamento Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	0	-4.788
6.03.04	Empréstimos Concedidos à Controlada Líquidos dos Valores Devolvidos	0	7.726
6.03.08	Empréstimos Obtidos com a Controlada Líquidos dos Valores Pagos	-6.346	0
6.03.09	Fluxo das Atividades de Financiamento das Operações Descontinuadas	-445	-8.179
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	749	-146
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	11	157
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	760	11

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	282.999	5.011	123.280	0	10.732	422.022
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.999	5.011	123.280	0	10.732	422.022
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	67	0	0	0	67
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	67	0	0	0	67
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-301.730	547	-301.183
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-301.730	0	-301.730
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	547	547
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-123.280	123.280	0	0
5.06.04	Absorção do Prejuízo com Reservas de Lucro	0	0	-123.280	123.280	0	0
5.07	Saldos Finais	282.999	5.078	0	-178.450	11.279	120.906

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	282.999	4.892	192.741	0	11.190	491.822
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.999	4.892	192.741	0	11.190	491.822
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	119	-17.452	0	0	-17.333
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	119	0	0	0	119
5.04.08	Reserva Especial para Dividendo Obrigatório não Distribuído	0	0	-17.452	0	0	-17.452
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-52.009	-458	-52.467
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-52.009	0	-52.009
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-458	-458
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-458	-458
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-52.009	52.009	0	0
5.06.04	Absorção do Prejuízo com Reservas de Lucro	0	0	-52.009	52.009	0	0
5.07	Saldos Finais	282.999	5.011	123.280	0	10.732	422.022

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	134	85
7.01.02	Outras Receitas	134	85
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-554	-1.132
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-554	-1.132
7.03	Valor Adicionado Bruto	-420	-1.047
7.04	Retenções	-3.555	-4.436
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-894	-1.781
7.04.02	Outras	-2.661	-2.655
7.04.02.01	Resultado das Operações Descontinuadas	-2.661	-2.655
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.975	-5.483
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-293.036	-40.179
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-293.672	-41.635
7.06.02	Receitas Financeiras	636	1.456
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-297.011	-45.662
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-297.011	-45.662
7.08.01	Pessoal	3.001	4.150
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.952	2.697
7.08.01.02	Benefícios	202	280
7.08.01.03	F.G.T.S.	-20	370
7.08.01.04	Outros	867	803
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	740	1.184
7.08.02.01	Federais	317	703
7.08.02.02	Estaduais	0	23
7.08.02.03	Municipais	423	458
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	978	1.013
7.08.03.01	Juros	700	719
7.08.03.03	Outras	278	294
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	278	294
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-301.730	-52.009
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-301.730	-52.009

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	978.674	1.399.185
1.01	Ativo Circulante	483.634	962.503
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	95.423	68.943
1.01.02	Aplicações Financeiras	6	9
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	6	9
1.01.02.03.01	Titulos Mantidos até o Vencimento	6	9
1.01.03	Contas a Receber	91.185	225.187
1.01.03.01	Clientes	57.685	206.910
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	33.500	18.277
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	29.347	2.937
1.01.03.02.02	Outras Contas de Fornecedores	3.164	9.272
1.01.03.02.03	Contratos Operação de Cambio	0	5.541
1.01.03.02.04	Outras	989	527
1.01.04	Estoques	174.851	460.541
1.01.06	Tributos a Recuperar	97.976	178.507
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	97.976	178.507
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.766	6.879
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.427	22.437
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	21.427	21.427
1.01.08.03	Outros	0	1.010
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	1.010
1.02	Ativo Não Circulante	495.040	436.682
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	240.488	207.536
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	43.372
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	43.372
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	2.483	1.795
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	238.005	162.369
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	43.791	39.668
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	194.172	119.629
1.02.01.10.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	3.030
1.02.01.10.06	Outros	42	42
1.02.02	Investimentos	23	23
1.02.02.01	Participações Societárias	23	23
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	23	23
1.02.03	Imobilizado	51.584	68.290
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	51.584	68.249
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	0	41
1.02.04	Intangível	202.945	160.833
1.02.04.01	Intangíveis	202.945	160.833
1.02.04.01.02	Intangível em Operação	152.785	50.224
1.02.04.01.03	Intangível em Andamento	3.225	49.990
1.02.04.01.04	Ágio	46.935	60.619

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	978.674	1.399.185
2.01	Passivo Circulante	800.036	740.362
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.514	19.359
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.111	7.430
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.403	11.929
2.01.02	Fornecedores	549.324	546.880
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	545.385	543.199
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	545.385	543.199
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	3.939	3.681
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.823	2.134
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.749	1.975
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	1.120	1.269
2.01.03.01.03	Adesão Parcelamento de Tributos Lei 12.996/14	172	163
2.01.03.01.05	Outras	457	543
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	5.067	11
2.01.03.02.01	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços	4.574	0
2.01.03.02.02	Parcelamento de Tributos Estaduais	493	11
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	7	148
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	154.468	119.635
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	141.970	111.738
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	141.970	86.535
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	25.203
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	12.498	7.897
2.01.04.03.01	Em Moeda Nacional	12.498	7.897
2.01.05	Outras Obrigações	71.587	50.597
2.01.05.02	Outros	71.587	50.597
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.832	5.832
2.01.05.02.05	Arrendamento Operacional	31.771	12.563
2.01.05.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10.000	0
2.01.05.02.08	Adiantamento de Clientes	17.856	25.455
2.01.05.02.10	Contas a Pagar a Ex-Acionistas	2.637	0
2.01.05.02.11	Outras Obrigações	3.491	6.747
2.01.06	Provisões	4.320	1.757
2.01.06.02	Outras Provisões	4.320	1.757
2.01.06.02.05	Programa de Fidelização de Clientes	4.320	1.757
2.02	Passivo Não Circulante	57.720	236.765
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	18.403	198.032
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	14.818	186.713
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	14.818	111.103
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	75.610
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	3.585	11.319
2.02.01.03.01	Em Moeda Nacional	3.585	11.319
2.02.02	Outras Obrigações	17.924	20.834
2.02.02.02	Outros	17.924	20.834
2.02.02.02.03	Adesão Parcelamento de Tributos Lei 12.996/14	641	1.825
2.02.02.02.04	Contas a Pagar a Ex-Acionistas	0	2.477

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017
2.02.02.02.05	Dividendos e JCP a Pagar	11.634	11.634
2.02.02.02.06	Parcelamento de Tributos Estaduais	873	11
2.02.02.02.07	Outros	4.776	4.887
2.02.03	Tributos Diferidos	4.586	4.407
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.586	4.407
2.02.04	Provisões	16.807	13.492
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	16.807	13.492
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	3.210	989
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	11.564	11.187
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.033	1.316
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	120.918	422.058
2.03.01	Capital Social Realizado	282.999	282.999
2.03.02	Reservas de Capital	5.311	5.244
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.311	5.244
2.03.04	Reservas de Lucros	-233	123.047
2.03.04.01	Reserva Legal	0	37.749
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-233	-233
2.03.04.10	Reserva para Futuro Aumento de Capital	0	85.531
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-178.450	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.279	10.732
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	12	36

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.445.422	1.724.886
3.01.01	Receita Bruta de Vendas de Bens e/ou Serviços	1.553.904	1.883.326
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-108.482	-158.440
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.033.533	-1.150.085
3.03	Resultado Bruto	411.889	574.801
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-617.562	-593.876
3.04.01	Despesas com Vendas	-354.243	-459.998
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-192.987	-109.502
3.04.02.01	Honorários da Administração	-6.130	-6.434
3.04.02.02	Plano de Opções de Compra de Ações	-67	-119
3.04.02.04	Outras	-186.790	-102.949
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	19.798	25.633
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-90.130	-50.009
3.04.05.01	Depreciações e Amortizações	-37.658	-33.247
3.04.05.03	Outras	-52.472	-16.762
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-205.673	-19.075
3.06	Resultado Financeiro	-50.342	-48.372
3.06.01	Receitas Financeiras	18.377	7.436
3.06.02	Despesas Financeiras	-68.719	-55.808
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-256.015	-67.447
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-43.078	18.090
3.08.02	Diferido	-43.078	18.090
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-299.093	-49.357
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-2.661	-2.655
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-2.661	-2.655
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-301.754	-52.012
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-301.730	-52.009
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-24	-3
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-11,30667	-1,94892
3.99.01.02	PN	-11,30667	-1,94892
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-11,30667	-1,94892
3.99.02.02	PN	-11,30335	-1,94684

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-301.754	-52.012
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-458
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-301.754	-52.470
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-301.730	-52.467
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-24	-3

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	276.797	36.636
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-110.371	5.468
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR/CS	-256.015	-67.447
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	38.428	34.232
6.01.01.03	Perda com Créditos de Liquidação Duvidosa	18.799	4.038
6.01.01.04	Resultado na Baixa e/ou Venda de Ativo Imobilizado, Intangível e Investimento	6.228	2.197
6.01.01.05	Encargos Financeiros s/ Empréstimos e Obrigações	38.240	29.390
6.01.01.06	Planos de Opções de Compra de Ações	67	119
6.01.01.08	Perda por Redução ao Valor Recuperável	35.787	135
6.01.01.09	Outras Provisões Operacionais	5.825	17.413
6.01.01.10	Perda (Reversão) com Obsolescência de Estoque	2.270	-14.609
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	387.168	31.168
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	130.426	146.546
6.01.02.02	Estoques	283.419	-153.887
6.01.02.03	Outros Ativos Operacionais	-28.817	-86.038
6.01.02.04	Fornecedores	2.444	143.943
6.01.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	-236
6.01.02.06	Pagamento de Juros por Empréstimos e Financiamentos	-15.611	-21.895
6.01.02.07	Cessão de Crédito de Forncedores com Terceiros	0	-740
6.01.02.08	Outros Passivos Operacionais	12.945	4.310
6.01.02.09	Fluxo das Atividades Operacionais das Operações Descontinuadas	2.362	-835
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-85.680	-52.768
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-85.933	-53.302
6.02.02	Recebimento Vendas do Ativo Imobilizado	253	534
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-164.637	-40.215
6.03.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10.000	0
6.03.02	Pagamento Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	0	-4.788
6.03.03	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	24.134	257.112
6.03.04	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-198.326	-284.360
6.03.08	Fluxo das Atividades de Financiamento das Operações Descontinuadas	-445	-8.179
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	26.480	-56.347
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	68.943	125.290
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	95.423	68.943

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	282.999	5.011	123.280	0	10.732	422.022	36	422.058
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.999	5.011	123.280	0	10.732	422.022	36	422.058
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	67	0	0	0	67	0	67
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	67	0	0	0	67	0	67
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-301.730	547	-301.183	-24	-301.207
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-301.730	0	-301.730	-24	-301.754
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	547	547	0	547
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-123.280	123.280	0	0	0	0
5.06.04	Absorção do Prejuízo com Reservas de Lucro	0	0	-123.280	123.280	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	282.999	5.078	0	-178.450	11.279	120.906	12	120.918

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	282.999	4.892	192.741	0	11.190	491.822	39	491.861
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.999	4.892	192.741	0	11.190	491.822	39	491.861
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	119	-17.452	0	0	-17.333	0	-17.333
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	119	0	0	0	119	0	119
5.04.08	Reserva Especial para Dividendo Obrigatório não Distribuído	0	0	-17.452	0	0	-17.452	0	-17.452
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-52.009	-458	-52.467	-3	-52.470
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-52.009	0	-52.009	-3	-52.012
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-458	-458	0	-458
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-458	-458	0	-458
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-52.009	52.009	0	0	0	0
5.06.04	Absorção do Prejuízo com Reservas de Lucro	0	0	-52.009	52.009	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	282.999	5.011	123.280	0	10.732	422.022	36	422.058

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	1.552.592	1.905.312
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.551.340	1.882.503
7.01.02	Outras Receitas	20.051	26.847
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-18.799	-4.038
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.441.643	-1.592.228
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.115.336	-1.287.215
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-320.417	-304.406
7.02.04	Outros	-5.890	-607
7.02.04.02	Despesas Operacionais	-5.890	-607
7.03	Valor Adicionado Bruto	110.949	313.084
7.04	Retenções	-41.091	-36.891
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-38.430	-34.236
7.04.02	Outras	-2.661	-2.655
7.04.02.01	Resultado das Operações Descontinuadas	-2.661	-2.655
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	69.858	276.193
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.781	7.436
7.06.02	Receitas Financeiras	4.781	7.436
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	74.639	283.629
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	74.639	283.629
7.08.01	Pessoal	177.537	193.532
7.08.01.01	Remuneração Direta	109.791	117.071
7.08.01.02	Benefícios	34.225	36.578
7.08.01.03	F.G.T.S.	13.250	15.968
7.08.01.04	Outros	20.271	23.915
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	85.688	20.695
7.08.02.01	Federais	44.453	-5.636
7.08.02.02	Estaduais	33.797	18.288
7.08.02.03	Municipais	7.438	8.043
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	113.168	121.414
7.08.03.01	Juros	41.454	36.884
7.08.03.02	Aluguéis	58.433	66.447
7.08.03.03	Outras	13.281	18.083
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	13.281	18.083
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-301.754	-52.012
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-301.730	-52.009
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-24	-3

Relatório da Administração

SENHORES ACIONISTAS,

Saraiva Livreiros S.A. – em Recuperação Judicial ("Companhia") (B3: SLED3 e SLED4), controladora de Saraiva e Siciliano S.A. – em Recuperação Judicial ("Varejo"), uma das maiores redes varejistas de conteúdo com foco em educação e cultura, anuncia seus resultados financeiros para o quarto trimestre de 2018 (4T18) e ano de 2018.

As informações contábeis contidas neste documento referem-se ao quarto trimestre e ano de 2018 com comparações feitas em relação ao mesmo período do ano anterior, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("*International Financial Reporting Standards* – IFRS") e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

Processo de Recuperação Judicial

A Companhia ajuizou, em nov/18, pedido de recuperação judicial junto à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de reorganizar as obrigações junto a seus credores. Optamos por esse movimento devido à necessidade de buscar proteção para a repactuação do passivo da Saraiva junto aos seus fornecedores, e, deste modo, garantindo a perenidade da operação.

A crise econômica iniciada em 2015 foi um dos mais desafiadores períodos da história recente do país no campo econômico com repercussão significativa nas operações da Companhia e responde, em boa parte, pelo pedido de recuperação judicial.

A Companhia adotou, nos últimos anos, várias iniciativas para reverter os efeitos negativos causados pela crise econômica: no final de 2015, concluiu a venda do seu segmento editorial e, com a persistência do cenário de crise econômica nos anos seguintes, implementou um robusto projeto de transformação conquistando, no início de 2018, crescimento das vendas brutas e *Market Share* nas categorias de Livros, Games, Telefonia e no segmento de Volta as Aulas. Outras medidas emergenciais foram realizadas no início de nov/18, na construção de um plano de reestruturação visando tornar a operação enxuta, dinâmica e voltada para a obtenção de rentabilidade operacional e fortalecimento do caixa.

No entanto, os impactos causados pela crise econômica, associados aos efeitos dos acontecimentos no tempo, tais como o aumento do preço médio dos livros abaixo do esperado, o encolhimento de alguns segmentos de produtos que tinham representatividade relevante no faturamento, as dificuldades enfrentadas para a realização de créditos tributários, a dificuldade de contratação de novas linhas de crédito, entre outros eventos relevantes para a operação, comprometeram a obtenção dos resultados almejados, o que abalou a perspectiva da Companhia de honrar com as suas obrigações de curto prazo.

Em decorrência do agravamento dessa situação, julgamos que a apresentação do pedido de recuperação judicial era a medida mais adequada no contexto da crise no mercado editorial, reflexo do cenário econômico do país. O objetivo da operação é proteger o caixa, fazendo com que a Companhia retome sua estabilidade e, posteriormente, seu crescimento econômico, bem como garantir e preservar a continuidade de sua operação.

Com o deferimento do pedido de recuperação judicial a Companhia intensificou as negociações com seus principais credores tendo como objetivo estabelecer condições comerciais e modelos de pagamento que pudessem viabilizar os interesses comuns, visando, principalmente, o êxito na aprovação do plano de recuperação judicial, além de

Relatório da Administração

implementar diversas ações para garantir a sustentação dos negócios durante e após o período que antecede a aprovação do plano.

Neste quesito, pode-se destacar:

- **Abastecimento de produtos**: Ao longo dos últimos meses a Companhia celebrou aditivo contratual com 160 fornecedores garantindo a retomada do abastecimento de produtos, inclusive em consignação. Com esta ação, a Companhia possui contratos ativos com fornecedores que representaram em torno de 88% da venda de livros estimada para 2018, e que devem garantir o abastecimento e o sortimento nos próximos meses. O resultado da medida foi positivo e não se observou redução nos patamares de abastecimento esperados.
- **Liberação de recebíveis**: A Companhia concluiu, em mar/19, a negociação com o Banco Itaú para a liberação de R$ 31,0 milhões em recebíveis de cartão de crédito que garantiam os pagamentos de operações financeiras, viabilizando o acesso a boa parte do faturamento. Estão em curso negociações com o Banco do Brasil e a expectativa da Companhia é que se encontrarão alternativas que beneficiarão o caixa da Saraiva.
- **Redução de despesas operacionais**: O plano de restruturação, iniciado em nov/18, já apresentou reflexos importantes nos primeiros meses de 2019. Com as vendas realizadas em linha com a expectativa da Companhia, observamos uma redução superior a 35% nas despesas em relação ao mesmo período de 2018, demonstrando o potencial sucesso no processo de recuperação.
- **Laudo de Viabilidade do negócio elaborado pela Galeazzi e Associados** atestando a capacidade da Companhia de honrar com suas obrigações. O laudo certifica a capacidade de geração de caixa e a provável continuidade do negócio, baseado em premissas factíveis e alinhadas às ações endereçadas pela Companhia para o cumprimento do plano de recuperação judicial proposto aos credores.
- **Imagem consolidada e liderança de mercado**: Mesmo com os impactos sentidos pelas sucessivas crises, a Companhia mantem sua imagem fortalecida e a liderança em alguns segmentos do mercado livreiro, evidenciada pelo sucesso nas negociações com fornecedores da categoria de livros, que prezam pelo sucesso da Saraiva no processo de recuperação judicial.

O resultado das ações acima, somado à reestruturação da operação abrangendo a readequação de seu *mix* de produtos, redução de despesas operacionais, e ajustes no número de lojas, comprovam a viabilidade operacional da Companhia.

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

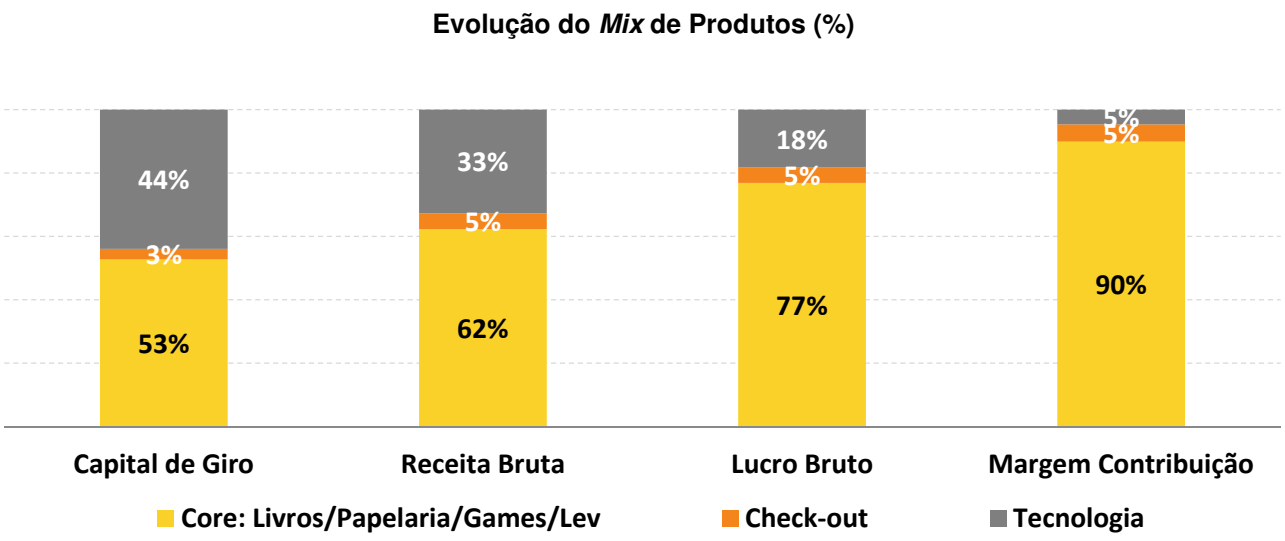
Diante da crise econômica que vem afetando o mercado de livros há quatro anos, aliada a um quadro de acumulação de créditos tributários e um sistema financeiro fechado, entendemos que os **esforços** e **buscas por alternativas** realizados nos últimos períodos não eram suficientes para reverter o cenário. Dessa maneira, realizamos **mudanças** bruscas **em toda a estrutura** da Saraiva visando elevar o patamar operacional e financeiro, de modo que ficassem coerentes com a projeção apresentada no laudo do plano de recuperação judicial e que auxiliassem na perenidade da Companhia. Nosso **quarto trimestre** de 2018 foi um **período de transição**, no qual nossos **resultados foram fortemente impactados** pelas drásticas alterações que viabilizam a recuperação da Companhia. Entre as mudanças, destacamos:

Readequação do *mix* de produtos

Descontinuamos as categorias que possuíam menor rentabilidade e maior demanda de capital de giro, como Tecnologia, incluindo os itens de Informática (excluindo acessórios de menor porte), Telefonia (excluindo acessórios de menor porte), Assistência Técnica e Aventura e Lazer. Nesse movimento, deixaremos de acumular grande parte de nossos créditos tributários, uma das principais razões para o consumo de Caixa nos últimos anos. Estimamos que, com essa readequação, iremos reduzir em R$ 50 milhões a geração de créditos tributários em 2019. Esta revisão de categorias nos possibilitou, ainda, uma redução adicional do quadro de funcionários da Companhia, além do encerramento de 2 Centros de Distribuição.

Conforme mostra o gráfico seguinte, as categorias de Tecnologia consumiam 44% do Capital de Giro da Companhia, mas contribuíam apenas com 18% do Lucro Bruto e 5% da Margem de Contribuição, prejudicando nossa rentabilidade.

Gráfico 1. Redução/Eliminação das categorias mais ofensivas à Rentabilidade



Relatório da Administração

Com a mudança, **direcionamos todos os nossos esforços** ao mercado editorial e às parcerias com os fornecedores, focando nosso negócio no mercado de **livros**. Complementarmente ao universo da leitura, **continuaremos a ofertar diretamente produtos de Papelaria, *Games*, Filmes** e **Música**, além das categorias de ***Check-out*** como **Brinquedos, Revistas** e ***Bomboniere***. Ofereceremos os demais itens de Tecnologia por meio do modelo de negócio de *marketplace* próprio. Com essas categorias de conteúdo (Livraria, Lev, *Games*, Papelaria, Filmes, Música e *Check-out*), que representavam, historicamente, mais de 60,0% do faturamento da Saraiva, teremos maior rentabilidade, maximizando nosso resultado.

Cabe destacar que, já no **início de 2019**, mesmo com o impacto negativo dos itens de Tecnologia que devem ser totalmente descontinuados até o final de mai/19, verificamos um **aumento em nossa margem**, indicando a assertividade em nossa nova estratégia. Excluindo as categorias descontinuadas, já observamos um aumento em nossa margem no primeiro bimestre de 2019 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Redução de Despesas Operacionais

Como reflexo da alteração do *mix* de produtos e da situação financeira delicada da Companhia, tomamos decisões voltadas à evolução da operação:

- Desligamento de, aproximadamente, 700 (sendo 350 em lojas físicas) colaboradores em todas as unidades de negócio, adaptando a estrutura de custos e despesas à nova estratégia da Companhia com maior foco em competitividade e desenvolvimento sustentável da operação;
- Renegociação e revisão de nossos principais contratos com fornecedores de serviços;
- Redução de escopo com priorização de alternativas com maior custo/benefício;
- Revisões e otimizações na malha logística, adequando nosso sistema de abastecimento ao novo *mix* de produtos.

Nos dois **primeiros meses de 2019** nosso plano de ação já começou a apresentar resultados. Com as vendas realizadas em linha com a expectativa do plano, observamos um **decréscimo de mais de 35% em nossas despesas** em relação à 2018, solidificando as bases para recuperação da Companhia.

Reestruturação do Parque de Lojas

Priorizando unidades de maior rentabilidade com EBITDA maior que 5,0%, reestruturamos nosso parque de lojas, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequavam ao novo *mix* de produtos da Companhia. No início de 2019, nossas unidades vêm desempenhando de acordo com o estimado, com ganhos adicionais de rentabilidade mesmo com a redução na receita. Entre as iniciativas realizadas, podemos destacar:

- Encerramento, até dez/18, de 14 lojas Saraiva, e de todas as 8 unidades iTown, lojas especializadas Apple da Saraiva focadas em um *mix* de Tecnologia;
- Redução de 350 colaboradores do quadro de lojas, conforme citado no item anterior.

Relatório da Administração

Abastecimento de Produtos

Após o ajuizamento da Recuperação Judicial a Companhia, com apoio e parceria de nossos fornecedores, iniciou um processo extensivo para a normalização do abastecimento de produtos de todas as categorias, com foco maior em Livraria, nossa principal linha de atuação. Por meio de acordos que tiveram a adesão de aproximadamente 160 fornecedores estamos **gradualmente normalizando nosso abastecimento**, ainda que com adequações na volumetria, em lojas físicas e *e-commerce*, viabilizando o retorno necessário de nossa operação. Por meio desses acordos e renegociações estamos caminhando para um **novo círculo virtuoso**, onde quanto mais estabilizado o abastecimento, maior será o retorno para a Companhia e para seus fornecedores.

Apoio da Consultoria Galeazzi

Contratada no início de 2018, com o objetivo de gerar **ganhos contínuos de eficiência operacional**, e assegurando que a estrutura possa suportar o **funcionamento operacional ótimo** com **diluição efetiva de custos**. Responsável pela elaboração do Orçamento Base Zero, a consultoria vem auxiliando a Companhia não apenas no processo de Recuperação Judicial, mas também na geração de resultados e construção de bases sólidas de desempenho.

Mesmo com as mudanças citadas, **continuaremos com o objetivo oferecer a melhor experiência aos nossos clientes**. Continuamos evoluindo nossa plataforma *omnichannel*, uma das mais sofisticadas do mercado, sempre buscando as melhores avaliações de clientes:

- **Continuaremos ofertando as categorias de produtos de Tecnologia, que incluem itens como Telefonia e Informática, por meio de nosso *marketplace* próprio**, que atualmente já opera integrado ao nosso *e-commerce*. Nosso *marketplace* próprio, onde as **lojas parceiras vendem e tem oportunidade de expor seus produtos para os visitantes de nosso site**, opera por meio de metodologia ágil, e faz parte da estratégia da Saraiva para proporcionar uma experiência completa aos nossos clientes com uma maior variedade e diversidade de produtos e serviços, que conversam e complementam o nosso DNA. O canal trará ainda mais benefícios à Companhia e aos seus clientes, contribuindo para o aumento de receitas operacionais e para a melhora do capital de giro da Saraiva.
- Em complemento, continuamos **expandindo as parcerias no âmbito do *marketplace*** para **venda de produtos em sites de parceiros estratégicos**, como Walmart, Mercado Livre e B2W, entre outros. Atualmente, 70% das compras de nossos produtos nesse canal foram feitas por consumidores que não eram nossos clientes.
- **Ações *Online to Store* por meio de iniciativas de curadoria** implementadas em todas as lojas e feiras, com curadorias próprias em cada uma das unidades, de acordo com a disponibilidade de estoque, e com substituição barata e rápida, e implementadas, também, em nosso *e-commerce* onde, por exemplo, temos curadoria de influenciadores (*booktubers*, autores etc.) indicando 10 títulos escolhidos e explicando suas escolhas em vídeo.
- **Implementação de uma nova plataforma de *e-commerce***, com sistema mais leve, ágil e estável do que o utilizado atualmente, que contribuirá para melhora na performance e aumento da taxa de conversão do site, além de possibilitar uma redução de 32% do orçamento anual de despesas.

Relatório da Administração

Existe um desafio grande de mercado, mas **confiamos plenamente no crescimento e na recuperação do mercado de livros no Brasil**. Considerando que já vemos uma recuperação em outros setores relevantes do varejo nacional, além de recentes divulgações com melhora de importantes indicadores econômicos, estamos diante de um cenário que favorece a perspectiva de retomada para nossos principais setores de atuação.

Fizemos os ajustes necessários para reverter o cenário negativo e garantir a perenidade da Companhia. Por meio de nossas principais iniciativas de **readequação do *mix* de produtos**, **redução de despesas**, **apoio de consultorias** especializadas e a **força da marca Saraiva** temos a convicção que iremos superar os desafios atuais.

Relatório da Administração

DESTAQUES

- Ajuizamento de pedido de recuperação judicial junto à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de reorganizar as obrigações junto a seus credores.
- Execução de um abrangente Plano de Ação focado na melhoria da rentabilidade e do fortalecimento do Caixa operacional:
    - Alteração do *mix* de produtos por meio da exclusão da categoria de Tecnologia (Informática, Telefonia, Aventura e Lazer e Assistência Técnica) e aumento da rentabilidade;
    - Orçamento Base Zero adequando a estrutura de custos e despesas da Companhia;
    - Reestruturação do parque de lojas com encerramento de 22 unidades com baixa perspectiva de geração de valor;
    - Retorno gradual do abastecimento por meio de assinatura de acordos com Fornecedores;
    - Revisões e otimizações na malha logística, adequando nosso sistema de abastecimento ao novo *mix* de produtos.
- Redução de 9,7% nas Despesas Operacionais Recorrentes do 4T18.
- Melhora de 5 dias no Prazo Médio de Recebimento de clientes.
- Avanços importantes para consolidação do posicionamento estratégico *omnichannel*:
    - Serviço *Click & Collect*, em que o cliente compra no *e-commerce* para retirar em uma de nossas lojas. Cerca de 19,7% dos pedidos do site são realizados nesta modalidade e, dos clientes que optam pelo serviço, 20% realizam uma compra adicional no momento da retirada do produto na loja física;
    - Parceria com o Mercado Livre para utilização da funcionalidade *Click & Collect*, serviço de retirada de produtos em lojas físicas. Além disso, cerca de 70% das compras de produtos da Saraiva expostos no Mercado Livre foram feitas por consumidores que não eram clientes.
- Programa de fidelidade Saraiva Plus, encerrando o 4T18 com 16,8 milhões de clientes cadastrados (+8,9% vs 4T17) e cerca de 72% de nosso faturamento identificado (+1,0 p.p. vs 4T17). Atualmente 84,5% dos clientes ativos (com compras nos últimos 12 meses) são participantes do programa.
- Inauguração, em out/18, de uma nova unidade no Shopping Estação Cuiabá (Cuiabá/MT) com novo projeto arquitetônico, mais moderno e atrativo, e com menores investimentos em relação ao modelo anterior, favorecendo o *payback* mais rápido.

EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em dez/18, a Companhia ficou impedida de efetuar o pagamento da parcela de Principal e Juros referentes ao financiamento junto ao BNDES, que executou a garantia da operação no montante de R$ 40,6 milhões junto ao Banco Itaú. Em mar/19, conclusão da renegociação desse montante possibilitando a liberação de R$ 31 milhões de recebíveis em garantia.
- No primeiro bimestre de 2019, início da recuperação dos resultados da Companhia após implementação da reestruturação em 2018:
    - Receita em linha com a expectativa do plano;
    - Incremento na margem bruta das categorias continuadas;
    - Decréscimo de mais de 35% nas Despesas Operacionais.
- Encerramento, em mar/19, de 2 unidades com baixa perspectiva de geração de valor.

Relatório da Administração

PRINCIPAIS INDICADORES

Tabela 1. (R$ mil, exceto quando indicado)

Consolidado	4T18	4T17	A/A	3T18	T/T	2018	2017	A/A
Receita Bruta[1]	220.870	529.219	-58,3%	329.281	-32,9%	1.553.904	1.883.326	-17,5%
Lojas	156.968	319.770	-50,9%	211.949	-25,9%	966.621	1.175.172	-17,7%
E-commerce	63.902	209.449	-69,5%	117.333	-45,5%	587.283	708.153	-17,1%
Receita Líquida[1]	200.098	476.842	-58,0%	310.388	-35,5%	1.445.422	1.724.886	-16,2%
Lojas	143.004	295.012	-51,5%	201.517	-29,0%	908.132	1.093.802	-17,0%
E-commerce	57.094	181.831	-68,6%	108.870	-47,6%	537.290	631.085	-14,9%
Lucro Bruto	43.316	161.206	-73,1%	81.215	-46,7%	411.889	574.801	-28,3%
Margem Bruta (%)	21,6%	33,8%	-12,2 p.p.	26,2%	-4,5 p.p.	28,5%	33,3%	-4,8 p.p.
Despesas Operacionais	(156.976)	(138.866)	13,0%	(130.695)	20,1%	(579.904)	(560.629)	3,4%
Despesas Operacionais Recorrentes[1]	(123.500)	(136.766)	-9,7%	(130.695)	-5,5%	(542.863)	(532.016)	2,0%
EBITDA	(113.660)	22.340	-	(49.480)	129,7%	(168.015)	14.172	-
Margem EBITDA (%)	-56,8%	4,7%	-61,5 p.p.	-15,9%	-40,9 p.p.	-11,6%	0,8%	-12,4 p.p.
EBITDA Ajustado[2]	(80.184)	24.440	-	(49.480)	62,1%	(130.974)	42.785	-
Margem EBITDA Ajustada (%)[2]	-40,1%	5,1%	-45,2 p.p.	-15,9%	-24,1 p.p.	-9,1%	2,5%	-11,5 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas[2]	(176.276)	200	-	(65.384)	169,6%	(274.622)	(30.470)	>500%
Margem Líquida Ajustada antes das Op. Descontinuadas (%)[2]	-88,1%	0,0%	-88,1 p.p.	-21,1%	-67,0 p.p.	-19,0%	-1,8%	-17,2 p.p.
Res. Liq. das Op. Descontinuadas (Líq. impostos)	(421)	(1.029)	-59,1%	(1.218)	-65,4%	(2.661)	(2.655)	0,2%
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado[2]	(176.697)	(829)	>500%	(66.602)	165,3%	(277.283)	(33.125)	>500%
Margem Líquida Ajustada (%)[2]	-88,3%	-0,2%	-88,1 p.p.	-21,5%	-66,8 p.p.	-19,2%	-1,9%	-17,3 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido	(198.791)	(2.215)	>500%	(66.602)	198,5%	(301.730)	(52.009)	480,2%
Margem Líquida (%)	-99,3%	-0,5%	-98,9 p.p.	-21,5%	-77,9 p.p.	-20,9%	-3,0%	-17,9 p.p.
Crescimento Lojas (*SSS - %*)	-45,1%	-12,5%	-32,6 p.p.	-15,5%	-29,6 p.p.	-14,0%	-7,8%	-6,2 p.p.
Crescimento *E-commerce*	-69,5%	25,2%	-94,7 p.p.	-26,1%	-43,4 p.p.	-17,1%	15,3%	-32,4 p.p.
Quantidade de Lojas - Final do período	82	103	-20,4%	103	-20,4%	82	103	-20,4%
Área de Vendas - Final do período (m²)	53.198	59.594	-10,7%	60.127	-11,5%	53.198	59.594	-10,7%

Nota: 1. Considera a receita proveniente do Saraiva Entrega no canal Lojas Físicas.
Nota: 2. Exclui o impacto de despesas não recorrentes e extraordinárias de reestruturação para aumento de produtividade e baixa de créditos tributários: R$ 33,5 milhões no 2018, R$ 37,0 milhões em 2018, R$ 2,1 milhões no 4T17 e R$ 28,6 milhões em 2017.

Relatório da Administração

RESULTADOS

RECEITA – No 4T18 a receita bruta alcançou R$ 220,9 milhões, queda de 58,3% quando comparada o valor de R$ 529,2 milhões no 4T17. A receita líquida seguiu a mesma tendência no trimestre, apresentando redução de 58,0%. Em termos anuais, as reduções foram de 17,5% e 16,2%, respectivamente. Aqui cabe destacar que uma parcela da redução nas vendas, principalmente nos dois últimos trimestres do ano, é resultado do início do processo de reestruturação da Companhia, que inclui a descontinuação da categoria de Tecnologia, abastecimento reduzido ao longo do semestre, da redução do número de lojas físicas, e da relevante queda de faturamento gerado por problemas na implementação do novo sistema interno de gestão, nos meses de out- nov/18.

RECEITA LOJAS FÍSICAS – A receita bruta de lojas físicas, no quarto trimestre de 2018 e no ano de 2018, atingiu R$ 157,0 milhões e R$ 966,6 milhões, o que representa queda, respectivamente, de 50,9% e 17,7% quando comparadas ao mesmo período do ano anterior. Em termos de lojas comparáveis apresentamos um declínio de 45,1% e 14,0% nos períodos citados. A receita líquida, seguindo a mesma linha, apresentou redução de 51,5% e 17,0%, respectivamente.

RECEITA E-*COMMERCE* – No 4T18 e em 2018 as vendas brutas do site Saraiva.com apresentaram, respectivamente, declínio de 69,5% e 17,1% em relação ao ano anterior. As vendas líquidas somaram R$ 57,1 milhões e R$ 537,3 milhões nos períodos. As vendas em nosso canal de e-commerce, uma das mais relevantes no país que cobre todo o território nacional, também foram impactadas negativamente por instabilidades em nosso *e-commerce*, que estão sendo solucionadas e serão eliminadas com a nova plataforma de e-commerce, que possui um sistema mais leve, ágil e estável do que o utilizado atualmente.

RESULTADO BRUTO – O lucro bruto apresentou redução de 73,1% no quarto trimestre de 2018, atingindo R$ 43,3 milhões, com declínio de 12,2 p.p. na margem bruta, que passou de 33,8% no 4T17 para 21,6% no 4T18. Em termos acumulados as reduções foram de 28,3% e 4,8 p.p., respectivamente.

Além do impacto gerado por problemas na implementação do novo sistema interno de gestão, nos meses de out-nov/18, durante o período adotamos a estratégia de descontinuar produtos que possuíam margens menores, depreciando o resultado bruto. Para mitigar esses efeitos não apenas no trimestre atual, mas como no futuro, continuamos investindo em novas ferramentas, em especial um novo sistema de precificação dinâmica para o *E-commerce*, visando contribuir para o aumento de vendas e melhor gestão da margem bruta. Além disso, focaremos em nosso negócio de livros, que possuem margens superiores às outras categorias que estão sendo descontinuadas.

DESPESAS OPERACIONAIS – A linha de despesas operacionais recorrentes totalizou R$ 123,5 milhões no 4T18 e R$ 542,9 milhões em 2018, apresentando forte redução de 9,7% no trimestre como reflexo das iniciativas realizadas. Em termos não recorrentes, teríamos um aumento de 13,0% no 4T18 e 3,4% em 2018. Cabe destacar que continuamos focados na racionalização de gastos para a melhora dos resultados, e já estamos colhendo os frutos das medidas tomadas recentemente. Nos dois primeiros meses de 2019 nosso plano de ação já começou a apresentar resultados, apresentando um decréscimo de mais de 35% em nossas despesas em relação à 2018, solidificando as bases para recuperação da Companhia.

EBITDA – O EBITDA Ajustado, fortemente impactado pela descontinuação da categoria de Tecnologia e da breve redução de abastecimento, totalizou R$ 80,2 milhões negativos no 4T18 e R$ 131,0 milhões negativos no 2018.

Relatório da Administração

Tabela 2. EBITDA (R$ mil, exceto quando indicado)

Consolidado	4T18	4T17	A/A	3T18	T/T	2018	2017	A/A
Lucro Líquido (Prejuízo)	**(198.791)**	**(2.215)**	**>500%**	**(66.602)**	**198,5%**	**(301.730)**	**(52.009)**	**480,2%**
(+) Resultado financeiro	8.018	14.086	-43,1%	14.360	-44,2%	50.342	48.372	4,1%
(+) IR / CSLL	65.750	2.009	>500%	(6.954)	-	43.078	(18.090)	-
(+) Depreciação e Amortização	10.958	7.431	47,5%	8.503	28,9%	37.658	33.247	13,3%
(+) Resultado Líq. Op. Descontinuadas/Outros	405	1.029	-60,6%	1.213	-66,6%	2.637	2.652	-0,6%
EBITDA	**(113.660)**	**22.340**	**-**	**(49.480)**	**129,7%**	**(168.015)**	**14.172**	**-**
Margem EBITDA (%)	-56,8%	4,7%	-	-15,9%	-	-11,6%	0,8%	-
(+) Despesas Não-Recorrentes[1]	33,5	2,1	>500%	0,0	-	37,0	28,6	29,5%
EBITDA Ajustado	**(80.184)**	**24.440**	**-**	**(49.480)**	**62,1%**	**(130.974)**	**42.785**	**-**
Margem EBITDA Ajustada (%)	-40,1%	5,1%	-	-15,9%	-	-9,1%	2,5%	-

Nota: 1. Despesas não recorrentes e extraordinárias de reestruturação para aumento de produtividade (R$ 4,6 MM), baixa de créditos tributários (R$ 15,2 MM) e baixa de ágio (R$13,7 MM) no 4T18.

CAPITAL DE GIRO* – A relação capital de giro/receita líquida apresentou melhora, ficando em 6,2%.

O prazo médio de recebimento passou de 60 dias no 4T17 para 55 dias no 4T18. O prazo médio de cobertura de estoques aumentou 6 dias, passando de 101 dias no 4T17 para 107 dias no 4T18, enquanto o prazo de pagamento a fornecedores, impactado positivamente pelo início do processo de Recuperação Judicial, aumentou em 106 dias, alcançando 190 dias no 4T18, quando comparado com 84 dias no 4T17.

* para o cálculo dos dias do ciclo operacional utilizamos a média dos últimos 12 meses

RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA LÍQUIDA – O resultado financeiro líquido foi uma despesa de R$ 8,0 milhões no quarto trimestre de 2018 e R$ 50,3 milhões em 2018.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO – O prejuízo líquido ajustado da Companhia, antes do resultado líquido de operações descontinuadas, foi de R$ 176,3 milhões no 4T18 e R$ 274,6 milhões em 2018. Cabe destacar que, créditos fiscais originados do IR & CSLL calculados, respectivamente sobre Prejuízos fiscais e Bases negativas de CSLL foram revertidos por não ser provável a existência de lucro tributável futuro para sua utilização, impactando o Lucro Líquido da Companhia.

INVESTIMENTOS (CAPEX) – Os investimentos efetuados totalizaram R$ 0,5 milhão no 4T18 versus R$ 18,6 milhões no 4T17, confirmando a redução de investimentos indicada pela Companhia. Em termos acumulados os investimentos totalizaram R$ 85,0 milhões em 2018 contra R$ 53,3 milhões em 2017. O volume de investimentos foi direcionado, principalmente, às iniciativas e novas ferramentas para o *e-commerce*, projetos abrangendo a área de Tecnologia da informação, abertura de lojas, e também à implementação de um Sistema Integrado de Gestão Empresarial (*Enterprise Resource Planning* - ERP), que está em fase de estabilização e gerou impactos negativos na operação durante o 4T18.

LIQUIDEZ – De acordo com as diretrizes do processo de Recuperação Judicial em curso, os fluxos de pagamento das linhas de financiamento da Companhia foram paralisados após o ajuizamento do pedido.

Dessa maneira, em dez/18, a Companhia ficou impedida de efetuar o pagamento da parcela de Principal e Juros referentes ao financiamento junto ao BNDES, que executou a garantia da operação no montante de R$ 40,6 milhões junto ao Banco Itaú. Em mar/19, a Companhia concluiu a renegociação desse montante possibilitando a liberação de R$ 31 milhões de recebíveis em garantia junto ao Banco Itaú.

O restante do saldo de obrigações da Companhia com instituições financeiras está atualmente em negociação com o Banco do Brasil.

Relatório da Administração

A tabela a seguir apresenta a dívida líquida consolidada da Saraiva em 31 de dezembro de 2018, que somava R$ 79,4 milhões, contra R$ 164,8 milhões em 30 de setembro de 2018, e R$ 247,2 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Se considerarmos os recebíveis do cartão de crédito, encerramos o 4T18 com uma dívida líquida de R$ 32,3 milhões contra R$ 122,2 milhões no 3T18 e R$ 48,1 milhões no 4T17.

Tabela 4. Evolução dos principais indicadores de endividamento CONSOLIDADO monitorados pela Companhia (R$ mil)

Consolidado[1]	4T18	4T17	A/A	3T18	T/T
Tipo de Transação					
Empréstimos e Financiamentos[2]	**172.870**	**313.627**	**-44,9%**	**178.016**	**-2,9%**
(+) Contas a Pagar Aquisição de Empresas	2.637	2.477	6,5%	2.597	1,5%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa / Aplicações Fin.	96.138	68.953	39,4%	15.813	>500%
Dívida Líquida Ajustada Antes dos Recebíveis	**79.369**	**247.151**	**-67,9%**	**164.800**	**-51,8%**
(-) Recebíveis de Cartão de Crédito	47.086	199.069	-76,3%	42.580	10,6%
Dívida Líquida Consolidada Após os Recebíveis	**32.283**	**48.082**	**-32,9%**	**122.220**	**-73,6%**

Nota 1: "Antecipação de Recebíveis" (R$ 25,4 milhões no 4T18, R$ 115,2 milhões no 4T17 e R$ 69,5 milhões no 3T18).

NOSSAS LOJAS – No 4T18 a Saraiva contava com 82 lojas em 17 estados brasileiros e no Distrito Federal. Em 2018, em linha com nossa estratégia de priorizar ativos com maior potencial de geração de valor, e de acordo com a iniciativa de renovação do parque de lojas da Companhia, encerramos 25 unidades até o dia 31 de dezembro de 2018.

No plano de priorização dos investimentos, inauguramos quatro novas unidades em 2018, alinhadas aos novos conceitos de loja ideal definido pela Administração e com investimentos/m² em média 25% inferiores ao padrão anterior, favorecendo o *payback* mais rápido:

- Loja no Recreio Shopping (Rio de Janeiro/RJ), com área de vendas de 266 m², em abr/18;
- Loja no Patteo Olinda Shopping (Olinda/PE), com área de vendas de 579 m², em abr/18;
- Loja no Ilha Plaza Shopping (Rio de Janeiro/RJ), com área de vendas de 213 m², em jun/18;
- Loja no Shopping Estação Cuiabá (Cuiabá/MT) com área de vendas de 483 m², em out/18.

Relatório da Administração

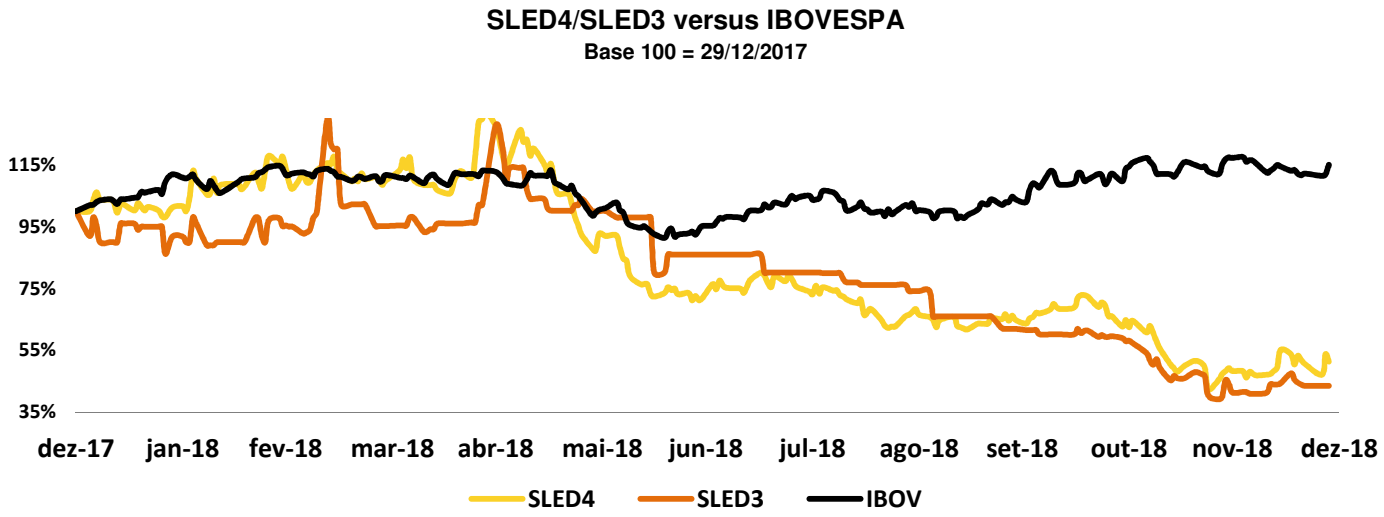
MERCADO DE CAPITAIS

Os indicadores a seguir resumem a movimentação das ações da Saraiva no ano de 2018 em comparação com o ano de 2017.

Indicadores(*)	2018	2017	Var.
Participação nos Pregões - %[1]	100,0	100,0	-
Quantidade Negociada Média – mil[1]	161,4	293,0	-44,9%
Volume negociado Médio – R$ mil[1]	582,4	1.437,0	-59,5%
Preço da ação (PN) – R$	2,18	4,24	-48,6%
Preço da ação (ON) – R$	2,18	5,00	-56,4%
Total de Ações em Circulação – mil	26.686	26.686	-
Valor de Mercado – R$ milhões	58,2	120,4	-51,7%

Fonte: B3
1 28/12/2018 (SLED4)
(*) Não revisado pelos auditores independentes

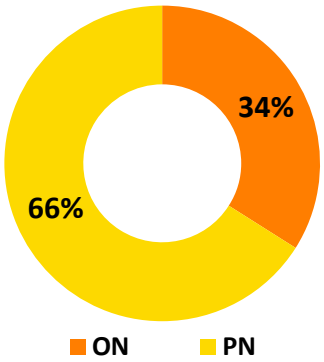
As ações preferenciais (SLED4) apresentaram uma desvalorização de 48,6% durante 2018. No mesmo período o Ibovespa apresentou variação de 15,0%. Em 31/12/2018 o valor de mercado da Saraiva era de R$ 58,2 milhões.



ESTRUTURA ACIONÁRIA

O capital social subscrito e realizado da Saraiva era de R$ 283,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, representado por 26.701.745 ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 9.622.313 são ações ordinárias (ON), e 17.079.432 são ações preferenciais (PN). A Companhia mantém 15.700 ações ordinárias em tesouraria.

Relatório da Administração



DIVIDENDOS

Devido ao ajuizamento e deferimento do pedido de recuperação judicial junto à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 1119642-14.2018.8.26.0100, ficou suspensa, por força do artigo 6º da Lei nº 11.101/2015, a distribuição parcial do dividendo obrigatório retido do exercício social de 2015 no valor de R$5.817.033,30 previsto para ocorrer no dia 18 de dezembro de 2018, conforme havia sido aprovado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada no 26 de abril de 2018 (“Dividendos”). A Companhia prestará novas informações a respeito do pagamento dos Dividendos ao longo do exercício de 2019.

COLABORADORES

Finalizamos o ano de 2018 com 2.785 colaboradores (3.186 em dezembro de 2017). As ações estratégicas da área de Recursos Humanos focam os pilares de desenvolvimento, engajamento, diversidade e eficiência/produtividade.

Relatório da Administração

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram examinadas pela Grant Thornton Auditores Independentes (“Grant Thornton”).

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não advogar pela Saraiva ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

O valor total contabilizado relacionado a honorários com auditoria externa para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 607 mil.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

Com a adesão ao Nível 2, a Companhia, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória constante do Estatuto Social nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM n. 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia, autorizando sua conclusão nesta data.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM n. 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, emitido nesta data.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras, colaboradores e comunidades pelo apoio dado em 2018.

São Paulo, 26 de março de 2019.

A Administração

Notas Explicativas

SARAIVA LIVREIROS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial ("Controladora" ou "Companhia") é sociedade por ações brasileira de capital aberto, fundada em 1914, com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão ("B3"), sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, que atua no segmento de varejo por meio da Saraiva e Siciliano S A ("Varejo").

O Varejo é sociedade por ações brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Controladora, que detém participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias, com atividade preponderante no varejo de livros, games, filmes, música, artigos de papelaria, conteúdo digital e e-reader. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico e de uma rede de 80 lojas. O Varejo opera ainda com produtos de tecnologia por meio do seu próprio market place, integrado ao e-commerce.

Em 1 de outubro de 2018, a Controladora e o Varejo migraram suas operações e sistemas contábil e financeiro para o sistema de gestão empresarial – SAP. Entretanto, devido a problemas relacionados a performance originados na solução SAP que comprometeram as operações comerciais e de abastecimento, a Administração decidiu, de forma emergencial, a partir de 1 de dezembro retornar o suporte transacional para as operações comerciais e de abastecimento, para os sistemas legados até então utilizados, que passariam a integrar as transações comerciais e de abastecimento para os módulos financeiros do SAP. Em decorrência, foram identificadas inconsistências em saldos de bancos, contas a receber, estoques e fornecedores que resultaram em ajuste contábil em contrapartida de outras receitas operacionais e custo das mercadorias e serviços vendidos, devidamente registrado pela Companhia.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 a Controladora apresentou prejuízo de R$301.730 em decorrência, principalmente, do atual cenário de crise econômica iniciada em 2015 que resultou em sucessivas desacelerações da economia e consequente retração no consumo, impactando fortemente as operações do Varejo.

Em 23 de novembro de 2018, a Companhia apresentou pedido de recuperação judicial, como forma de viabilizar a superação da crise financeira e preservar a manutenção da fonte produtora e a continuidade do negócio. O pedido de recuperação foi deferido e a administradora judicial nomeada em 26 de novembro de 2018. Em 4 de fevereiro de 2019, foi juntada ao processo a minuta do Plano de Recuperação Judicial – "PRJ" (Nota explicativa nº 32)

Toda a documentação e demais informações relativas a recuperação judicial estão disponíveis na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores (www.saraivari.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Notas Explicativas

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. *Declaração de conformidade*

As demonstrações contábeis compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Controladora e do Varejo ("Companhia").

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2019 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2018.

2.2. *Base de mensuração*

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelos seus valores justos.

2.3. *Moeda funcional e de apresentação*

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R$).

2.4. *Principais fontes de julgamento e estimativas*

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Perdas com créditos de liquidação duvidosa – nota explicativa nº 5
b) Perdas com obsolescência de estoques – nota explicativa nº 6
c) Impostos diferidos – nota explicativa nº 8
d) Redução aos valores de recuperação dos ativos – nota explicativa n° 11 e 12
e) Redução ao valor de recuperação do ágio – nota explicativa nº 12
f) Programa de fidelização de clientes do Varejo – nota explicativa nº 14

Notas Explicativas

g) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – nota explicativa nº 18

h) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos – nota explicativa nº 27

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas a seguir são adotadas pela Controladora e pelo Varejo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis de empresa controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que tal controle deixa de existir.

Controlada

As políticas financeiras, operacionais e contábeis do Varejo são controladas e ajustadas pela Administração da Controladora.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as demonstrações contábeis do Varejo são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial e na preparação das demonstrações contábeis consolidadas foram utilizadas demonstrações contábeis do Varejo encerradas na mesma data-base.

Transações eliminadas na consolidação

Os saldos e transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre a Controladora e o Varejo são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com o Varejo registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora. Entretanto, os prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não exista evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Operação descontinuada e ativos não circulantes mantidos para venda

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão apresentados como ativos mantidos para a venda o terreno e a edificação da unidade operacional de Guarulhos da Controladora, pelo montante de R$21.427, equivalentes ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo diminuído das despesas de venda.

O resultado das operações descontinuadas apresentado no exercício compreende o resultado residual das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora, vendido para a Editora Ática S.A. em 2015

c) Receitas operacionais

As principais receitas estão relacionadas às atividades do Varejo e correspondem a venda de mercadorias e serviços.

Notas Explicativas

A receita é reconhecida pelo valor que reflete a contrapartida que se espera ter o direito em troca da transferência de mercadorias e/ou serviços para o cliente e sua contabilização é determinada de acordo com o modelo de 5 etapas estabelecido pelo CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, que substituiu todos os requisitos vigentes até 31 de dezembro de 2017 de reconhecimento de receita.

A Administração optou pela aplicação retrospectiva modificada exigida para períodos anuais com início a partir de 01 de janeiro de 2018. Na avaliação da Administração não foram identificadas alterações relevantes no reconhecimento de receitas operacionais em relação ao modelo anterior, essencialmente porque as receitas são reconhecidas mediante a transferência do controle pela entrega das mercadorias e serviços.

As vendas que resultam na concessão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo ("Saraiva Plus") são contabilizadas como receita diferida pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas, ajustado pela média da margem de venda. O reconhecimento da receita diferida no resultado é realizado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e/ou por expiração do direito de uso dos pontos.

d) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

e) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Controladora, ou o Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se e somente se, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses

Notas Explicativas

ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

Os ativos financeiros não derivativos dessa categoria de instrumentos financeiros são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, esses ativos são mantidos pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Esses ativos possuem liquidez e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

iii) Passivos financeiros não derivativos – reconhecimento, baixa e mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Controladora, ou Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de taxa efetiva de juros.

iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

Compreendem as operações cujo valor se altera em resposta à mudanças na taxa de câmbio, liquidadas em datas futuras. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e ajustados pelo valor justo na data de encerramento de cada exercício. São consideradas nessa categoria as operações de "swap" para os empréstimos em moeda estrangeira.

Contabilidade de hedge (hedge accounting) para proteção de empréstimos em moeda estrangeira

A Administração adota as regras de contabilidade de hedge para registrar, nos mesmos períodos contábeis, os efeitos do derivativo formalmente designado como instrumento de hedge, assim como do item protegido, relacionados às diferenças entre as moedas estrangeiras e a moeda funcional.

A parcela efetiva do hedge, correspondente às diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão de um ativo financeiro designado como hedge é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida no resultado. A parcela mantida em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificada

Notas Explicativas

para o resultado com a liquidação do passivo financeiro objeto de hedge. A operação com derivativos foi liquidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

f) Contas a receber de clientes e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidas de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa e dos créditos considerados irrecuperáveis.

As perdas esperadas para os títulos a receber, vencidos e a vencer e recebíveis de cartão de crédito são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, o histórico de perdas.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

g) Estoques de mercadorias para revenda

Registrados pelo custo médio de aquisição e, quando aplicável, deduzidos de perdas com obsolescência para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior.

As perdas com obsolescência do estoque de mercadorias para revenda do Varejo são estimadas e reconhecidas para itens sem movimentação ou baixo giro, obsoletos e para os itens que não apresentarem condição de venda, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração de acordo com critérios estabelecidos na política interna para obsolescência de estoques.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da Controladora. O lucro não realizado decorrente das operações comerciais da Controladora com o Varejo é eliminado por meio de equivalência patrimonial (Nota explicativa nº10).

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas para redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (Nota explicativa nº 11). As instalações e benfeitorias nas unidades locadas da Controladora e do Varejo são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, dos dois, o menor (Nota explicativa nº 11).

Os encargos financeiros dos empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, dado que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato

Notas Explicativas

de arrendamento em questão. A partir do exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, assim reconhecidos no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes, quando aplicável, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j) Intangível

Adquiridos separadamente:

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada (nota explicativa nº 12).

Os gastos com cessão comercial pagos pelo Varejo quando da assinatura dos contratos de aluguéis dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos. A amortização é linear, pelo prazo de locação e não se aplica ao valor residual, quando existente.

Gerados internamente:

Os gastos com atividades de pesquisa, quando realizadas são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de software, é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Notas Explicativas

Ágio

O ágio apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é resultante da aquisição e incorporação de empresa adquirida em 2008, amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano até 31 de dezembro de 2008. Desde 1º de janeiro de 2009, o ágio deixou de ser amortizado e passou a ser submetido ao teste de recuperação em bases anuais e independentemente da existência de indicadores de perda.

k) Avaliação do valor recuperável dos ativos

i. Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda de valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Controladora e a empresa controlada em condições que a Controladora e a empresa controlada não considerariam em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Controladora e o Varejo consideram evidência de perda de valor de ativos, mensurados pelo custo amortizado, tanto individualmente como em conjunto. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados para identificar a perda por redução ao valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentaram perda de valor é realizada, então, a avaliação conjunta para identificação de qualquer perda, ainda não identificada na avaliação individual. Para os ativos que não são individualmente significativos, a avaliação é realizada em conjunto com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável para o conjunto de ativos, a Controladora e o Varejo utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir se o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Controladora e o Varejo consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda estimada, tal redução é revertida por meio do resultado.

Notas Explicativas

Investida contabilizada pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Controladora e do Varejo, exceto estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de encerramento do exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Se houver indicação de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e o valor contábil ajustado ao valor recuperável, se aplicável. No caso do ágio e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente, independentemente de indicação de perda.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs), majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos os custos necessários para vendê-lo. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente com uso de uma taxa de desconto que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada exercício pelo prazo de vigência dos contratos.

Notas Explicativas

Os empréstimos em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos exercícios e estão vinculados às operações de "swap", registradas pelo regime de competência e ambos mensurados ao seu valor justo. Os ganhos e as perdas apurados em virtude desses contratos são reconhecidos como ajustes no resultado financeiro.

m) Custos de transações de captação de empréstimos e financiamentos

Os custos incorridos na captação de recursos com instituições financeiras são apropriados ao resultado pela fluência do prazo de vigência da operação, com base no método de custo amortizado.

n) Provisões

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento de cada exercício.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada quando há uma obrigação presente e a probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Controladora e do Varejo. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 18.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos, entretanto, são divulgados.

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

o) Arrendamento mercantil

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os demais casos são classificados como arrendamento operacional.

- Arrendamentos operacionais

  Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa pelo método linear, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos contingentes (parcela variável em virtude da receita de vendas) são reconhecidos como despesa nos exercícios em que são incorridos.

- Arrendamentos financeiros

  Capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento em contrapartida às correspondentes obrigações, líquidas dos encargos

Notas Explicativas

financeiros, registradas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato.

A partir do exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2).

p) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

- Correntes

  As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, pelas alíquotas vigentes sobre o lucro real, apurado a partir do lucro líquido contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis; e compensado por prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado para o exercício.

- Diferidos

  O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e sobre diferenças temporárias apuradas pelo Varejo, e sobre diferenças temporárias da Controladora. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL.

  O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação.

  Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados compensados, exceto nas demonstrações contábeis consolidadas.

  Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

q) Receita diferida – programa de fidelização de clientes

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica "receita diferida - programa de fidelização" pelo valor dos pontos acumulados, ajustado pela média da margem de venda. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização pelos clientes do seu direito de uso dos créditos – Bônus, assim como, pela efetiva expiração do Bônus.

Notas Explicativas

O valor de cada ponto é calculado com base na quantidade de pontos necessária para obtenção do direito ao Bônus e ajustado pela média do custo da mercadoria vendida. De acordo com o regulamento do programa vigente desde 16 de junho de 2017, os pontos conquistados por meio das compras têm validade de 12 meses e a cada 500 pontos o cliente adquire o direito ao Bônus e recebe um voucher no valor de R$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras realizadas de qualquer produto nas lojas e no comércio eletrônico do Varejo.

r) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo relacionado aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, quando aplicável é reconhecido se houver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e ainda, se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

s) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Controladora e do Varejo é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 20 e).

O valor justo das opções de compra determinado na data da outorga de cada programa é registrado pelo método linear como despesa ao resultado dos exercícios durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas.

t) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Controladora que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio” por ser considerada como uma obrigação estatutária da Controladora. Por outro lado, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica “dividendos adicionais propostos”.

u) Apresentação do lucro líquido por ação

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33), conforme nota explicativa nº 27.

v) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e impostos a recuperar; e juros passivos e variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos e impostos a recolher. Os juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as variações monetárias e cambiais, de acordo com as taxas vigentes nas datas de encerramento do exercício.

Notas Explicativas

w) Informação por segmento

Os resultados por segmentos que são reportados à Diretoria e ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Eventualmente são utilizadas, em determinadas análises, informações detalhadas sobre produtos e outras divisões do Grupo que não se qualificam como segmentos para divulgação. Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o único segmento em operação é o denominado Varejo.

x) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e sua distribuição durante determinado período conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, porque não é prevista nem requerida pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

y) Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC

Estão vigentes para o exercício iniciado a partir de 01 de janeiro de 2018:

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros – CPC 48
- IFRS 15 – Receita de contratos com clientes – CPC 47
- Esclarecimentos a IFRS 15 – Receita de contratos com clientes, emitido em 12 de abril de 2016;
- Alterações da IFRS 2 – Classificação e mensuração de pagamento baseado em ações
- Alterações da IFRS 4 – Adoção da IFRS 9 com a IFRS 4 – Contratos de Seguros
- Alteração da IFRS 40 – Transferência de propriedade de investimentos
- IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestações antecipadas
- Melhorias anuais nas IFRS – Ciclo 2014 – 2016

Normas aplicáveis à Controladora e ao Varejo, implementadas a partir de 01 de janeiro de 2018:

- IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos financeiros, emitida em julho de 2014
- IFRS 15 (CPC 47) – Receita de contratos com clientes, emitida em maio de 2014 e alterada em abril de 2016

Normas e emendas que entrarão em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019

- IFRS 16 – Arrendamentos mercantis – CPC 06(R2)
- Melhorias anuais na IFRS – Ciclo 2015-2017
- IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de imposto de renda
- Alterações na IFRS 9 – recursos de pré-pagamento com compensação negativa
- Alterações IAS 28 – participação de longo prazo em coligadas e joint ventures
- IFRS 17 – Contratos de seguro

Notas Explicativas

- Alterações na IFRS 10 e IAS 28 – venda ou constituição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture

Normas aplicáveis ao Varejo, implementadas a partir de 1 de janeiro de 2019

CPC 06(R2) – Operações de Arrendamentos Mercantil

Emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem e apresentem todos os arrendamentos conforme um único modelo no balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos modelos do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de "baixo valor"; por exemplo: maquinas de café, impressoras e copiadoras; e arrendamentos de curto prazo; quais sejam, arrendamentos com prazo de até 12 meses.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (*passivo de arrendamento*) e um ativo representando o direito de uso do ativo objeto durante o prazo do arrendamento (*ativo de direito de uso*). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

O CPC 06(R2), que entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1° de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Transição para o CPC 06 (R2).

A Companhia adotará o CPC 06 (R2) prospectivamente, inclusive para os contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1). A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor, tais como maquinas de café, impressoras e copiadoras.

A aplicação da norma resultará em melhora do EBITDA e do resultado operacional e aumento das despesas com depreciação e juros.

Os ativos de direito de uso identificados estão relacionados a contratos de locação do escritório administrativo, do centro de distribuição e das lojas comerciais. O impacto no balanço de abertura para o exercício de 2019, foi estimado em um valor aproximado de

Notas Explicativas

R$302 milhões no Ativo e no Passivo de arrendamento. A taxa incremental média ponderada usada para a mensuração dos passivos de arrendamentos foi de 8,53% ao ano.

Impacto da adoção do CPC 06 (R2) nas demonstrações contábeis consolidada:

	Demonstrações contábeis divulgadas em 31/12/18	Impactos referente a adoção do IFRS16 / CPC 06(R2)	Demonstrações contábeis divulgadas em 01/01/19
Ativo			
Circulante	483.634	-	483.634
Não circulante	495.040	301.710	796.750
Intangível (direito de uso)	-	301.710	301.710
Total do ativo	978.674	301.710	1.280.384
Passivo			
Circulante	800.036	29.404	829.440
Arrendamentos a pagar	-	29.404	29.404
Não circulante	57.720	272.306	330.026
Arrendamentos a pagar	-	272.306	272.306
Patrimônio líquido	120.918	-	120.918
Total do passivo e patrimônio líquido	978.674	301.710	1.280.384

z) Determinação do valor justo

O valor justo é apurado e divulgado para ativos e passivos financeiros e não-financeiros, conforme o caso e quando aplicável, de acordo com os CPC 28, CPC 39 e CPC 40. O valor justo dos ativos e passivos financeiros está apresentado nas Notas explicativas números 13, 20.e) e 28.

Notas Explicativas

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Caixa e bancos - conta movimento	119	4	49.110	18.315
Aplicações financeiras - equivalente de caixa	641	7	46.313	50.628
	760	11	95.423	68.943

Representados por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, remunerados por taxas equivalentes a 58% a 70% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

Representadas por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, remunerados por taxa equivalente a 98% a 99,2% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI com restrição de liquidez para garantia de processos judiciais.

	Consolidado	
	31/12/18	31/12/17
Aplicações financeiras	6	9

A exposição a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	31/12/18	31/12/17
Títulos a receber	10.910	8.947
Recebíveis de cartão de crédito e débito	47.114	199.069
	58.024	208.016
Perda esperada	(339)	(1.106)
	57.685	206.910

O prazo médio de recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo (“títulos a receber”) é de 55 dias (60 dias em 31 de dezembro de 2017). As contas a receber representadas

Notas Explicativas

por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes adquirentes: PagSeguro, Rede e Cielo.

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes, quando comparado com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada período é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

Saldos por vencimento

	Consolidado	
	31/12/18	31/12/17
A vencer	53.693	194.614
Cartões de crédito em análise	-	12.032
Vencidos	4.331	1.370
	58.024	208.016

As contas a receber de clientes do Varejo estão representadas, em sua maior parte, por recebíveis em cartões de crédito e débito, cujas perdas são originadas por cancelamento das vendas, ou *charge back*, seja por não reconhecimento da compra por parte do titular do cartão, seja por fraude na utilização de cartões. As perdas esperadas relacionadas com o recebimento de cartões são estimadas sobre as vendas, com base no histórico de perdas e ajustadas de acordo com o recebimento dos créditos. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa para os títulos a receber são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, créditos vencidos há mais de 180 dias e evidências objetivas de insolvência, inadimplência ou atrasos do devedor. Não foram identificadas outras perdas relevantes na análise de *impairment* dos recebíveis.

O valor registrado ao resultado:

	Consolidado	
	31/12/18	31/12/17
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(107)	(1.105)
Perda efetiva com títulos a receber e cartão de crédito	(18.799)	(3.034)
Recuperação de créditos considerados irrecuperáveis	107	101
	(18.799)	(4.038)

Notas Explicativas

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/18	31/12/17
Mercadorias para revenda	173.147	459.211
Materiais de embalagem e consumo	1.704	1.330
	174.851	460.541

Perda com obsolescência de estoques

As perdas com obsolescência nas operações do Varejo são estimadas para os grupos de itens similares do estoque em que houve evidência de que o valor líquido de realização das mercadorias, pela sua venda durante o curso normal dos negócios será inferior ao valor de custo, por deterioração, obsolescência, baixo giro ou por ausência de movimentação de acordo com critérios estabelecidos na política de perdas com obsolescência dos estoques.

A Administração, com base nas evidências objetivas presentes na data de encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2017, relacionadas aos resultados positivos com as ações endereçadas a partir do exercício 2016 para escoamento dos estoques obsoletos, de baixo giro e deteriorados e nos sinais de recuperação da atividade econômica, substancialmente no 4º trimestre de 2017 revisou algumas premissas de acordo com sua política estabelecida para estimar a perda com obsolescência, e as manteve para estimar as perdas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A rubrica, mercadorias para revenda está líquida de perdas com obsolescência de estoque, no montante de R$24.002 em 31 de dezembro de 2018 (R$21.732 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (ii)	1.744	1.742	127.655	116.382
Programa de Integração Social - PIS (ii)	39	37	26.485	24.711
Imposto de Renda Pessoa Juridica - IRPJ	2.745	2.817	26.210	31.729
Contribuição Social sobre o Lucro Liquido - CSLL	2.216	2.109	14.154	10.906
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	-	-	2.214
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (i)	-	-	97.383	110.407
Outros	179	180	261	1.787
	6.923	6.885	292.148	298.136
Ativo circulante	179	192	97.976	178.507
Ativo não circulante	6.744	6.693	194.172	119.629
	6.923	6.885	292.148	298.136

(i) ICMS e ICMS ST das operações comerciais e de abastecimento do Varejo. Estão em curso, ações endereçadas à Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, onde estão centralizadas as operações de abastecimento do Varejo, com o propósito de recuperação de créditos acumulados por meio do sistema e-CredAc – custeio, nos termos da legislação vigente no RICMS – SP, da ordem de R$72.300, líquidos de perda ao valor de realização de R$2.100. Com a redução no mix de produtos ofertados pelo Varejo relacionados a produtos tributados pelo ICMS iniciada a partir do último trimestre de 2018 haverá uma redução substancial nos montantes acumulados de créditos tributários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram estimadas e provisionadas perdas por valor recuperável no montante de R$20.169.

(ii) Representado, substancialmente, por créditos das contribuições PIS/COFINS, originados nas operações do Varejo, no montante de R$152.357 (R$137.791 em 31 de dezembro de 2017) apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas, nos termos da legislação vigente, entre o período de 2014 e 2018, não compensados até a data de encerramento do exercício em curso com o valor devido apurado e pago das respectivas contribuições.

Notas Explicativas

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Ativo não circulante:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	-	77.279
Provisões para impostos e contribuições a recolher	1.227	1.406	1.583	1.742
Provisão para o custo das vendas de mercadorias recebidas em consignação	-	-	3.987	8.246
Programa de fidelização Saraiva Plus	-	-	1.469	597
Perdas com obsolescência de estoque	-	-	9.455	7.389
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	733	273
ICMS-ST	-	-	5.178	-
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	657	90
Provisão deságio sobre impostos a recuperar	-	-	714	714
Provisão parcela efetiva hedge accounting	-	-	-	283
Outras provisões	-	-	3.440	2.888
	1.227	1.406	27.216	99.501
Passivo não circulante:				
Provisão para perdas com estoque de livros	-	-	-	27.203
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de empresas	-	-	21.214	25.865
Custo atribuído ao imobilizado - "terrenos"	5.810	5.810	5.810	5.810
Ganho não realizado em operação de "swap"	-	-	-	1.655
Leasing financeiro	-	-	4.775	-
Outros	3	3	3	3
	5.813	5.813	31.802	60.536
	(4.586)	(4.407)	(4.586)	38.965
Ativo não circulante	-	-	-	43.372
Passivo não circulante	(4.586)	(4.407)	(4.586)	(4.407)
	(4.586)	(4.407)	(4.586)	38.965

A realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Controladora e no Varejo sobre diferenças temporárias, foi considerada até o limite dos passivos fiscais diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias.

Notas Explicativas

Os créditos fiscais originados do Imposto de renda – IR e da Contribuição social sobre o Lucro Líquido – CSLL calculados, respectivamente sobre Prejuízos fiscais e Bases negativas de CSLL do Varejo foram revertidos por não existir histórico de lucro tributável, nos termos do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(299.069)	(49.136)	(256.015)	(67.447)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	101.683	16.706	87.045	22.932
Adições permanentes - despesas não dedutíveis	(33)	(111)	(4.719)	(2.185)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(99.848)	(14.156)	-	-
Créditos fiscais não registrados	(1.802)	(2.657)	(125.404)	(2.657)
	-	(218)	(43.078)	18.090
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:				
Diferidos	-	(218)	(43.078)	18.090

9. PARTES RELACIONADAS

a) Transações comerciais e empréstimos de mútuo

As partes relacionadas da Controladora são:

- Varejo - empresa controlada
- Instituto Jorge Saraiva - outras partes relacionadas

As transações com as partes relacionadas compreendem operações de doações; reembolso de despesas da controlada; empréstimo de mútuo; e adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC.

As doações são realizadas em espécie ao Instituto Jorge Saraiva, fundado em 2004 e destinado às ações sociais e comunitárias da comunidade local. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas doações no montante de R$551 (R$842 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

Saldos e transações:

	31/12/18	31/12/17
Saldos no início do exercício	7.996	-
Empréstimos obtidos	8.754	7.726
Pagamentos efetuados	(15.100)	-
Despesas financeiras	533	270
Saldos no fim do exercício	2.183	7.996

b) Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Pró-labore do conselho de administração	1.361	1.777	1.469	1.813
Pró-labore da diretoria	21	24	4.141	4.142
Subtotal	1.382	1.801	5.610	5.955
Remuneração baseada em ações	67	119	67	119
Outras remunerações	341	408	1.329	1.467
	1.790	2.328	7.006	7.541

A Controladora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Controladora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Poderá ser atribuída, aos administradores, participação nos lucros nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76.

As informações relacionadas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram retificadas em virtude da apresentação da remuneração do Conselho fiscal, no montante de R$576 (Pro-labore – R$480 e Outras – R$96) juntamente com a remuneração dos membros do conselho de administração.

Notas Explicativas

10. INVESTIMENTOS

Participação no Varejo e suas principais informações:

	31/12/18	31/12/17
Quantidade de ações do capital social - milhares	489.666	489.666
Quantidade de ações possuídas - milhares	489.626	489.626
Participação no capital social	99,99%	99,99%
Participação do investimento no patrimônio líquido da Controladora (inclui créditos com o Varejo)	100,00%	98,12%
Capital social	515.123	515.123
Patrimônio líquido	146.337	439.486
(-) Lucro não realizado em operação de venda do intangível para o Varejo	(25.382)	(25.382)
Total	120.955	414.104
Valor do investimento	120.943	414.068

Base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora:

	Controladora	
	31/12/18	31/12/17
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:		
Prejuízo do Varejo	(293.696)	(41.638)
Equivalência patrimonial	(293.672)	(41.635)

Alterações registradas nas contas de investimentos:

	31/12/18	31/12/17
Saldo no início do exercício	414.068	456.162
Participação no resultado do Varejo	(293.672)	(41.635)
Participação reflexa no hedge accounting do Varejo	547	(459)
Saldo no fim do exercício	120.943	414.068

Notas Explicativas

Principais informações do Varejo:

	31/12/18	31/12/17
Ativo total	962.562	1.384.506
Passivo circulante e não circulante	816.225	945.020
Patrimônio líquido	146.337	439.486

	31/12/18	31/12/17
Receita operacional líquida	1.445.422	1.724.886
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(1.033.533)	(1.150.085)
Lucro bruto	411.889	574.801
Despesas operacionais	(543.083)	(565.488)
Depreciações	(36.807)	(31.554)
Outras	(32.770)	11.024
Resultado operacional	(200.771)	(11.217)
Resultado financeiro	(49.847)	(48.729)
Resultado antes dos impostos	(250.618)	(59.946)
Imposto de renda e contribuição social	(43.078)	18.308
Prejuízo líquido	(293.696)	(41.638)

11. IMOBILIZADO

		Controladora					
		31/12/18			31/12/17		
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	799	(798)	1	799	(794)	5
Móveis, utensílios e instalações	10	2.490	(2.253)	237	2.490	(2.128)	362
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	5.421	(5.371)	50	5.421	(4.910)	511
Equipamentos de informática	20	12.387	(12.315)	72	12.387	(12.115)	272
		21.097	(20.737)	360	21.097	(19.947)	1.150

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

Notas Explicativas

		Consolidado					
		31/12/18			31/12/17		
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Edifícios e construções	4	1.260	(1.260)	-	1.400	(1.204)	196
Máquinas e equipamentos	10	6.568	(3.810)	2.758	6.638	(3.370)	3.268
Móveis, utensílios e instalações	10	83.893	(65.801)	18.092	91.244	(65.256)	25.988
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	164.499	(146.364)	18.135	183.329	(157.634)	25.695
Veículos	20	-	-	-	378	(378)	-
Equipamentos de informática	20	70.832	(58.233)	12.599	68.079	(54.977)	13.102
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	41	-	41
		327.052	(275.468)	51.584	351.109	(282.819)	68.290

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

	Controladora		
	31/12/17	Adições	31/12/18
Custo:			
Máquinas e equipamentos	799	-	799
Móveis, utensílios e instalações	2.490	-	2.490
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.421	-	5.421
Equipamentos de informática	12.387	-	12.387
Total do custo	21.097	-	21.097
Depreciação acumulada:			
Máquinas e equipamentos	(794)	(4)	(798)
Móveis, utensílios e instalações	(2.128)	(125)	(2.253)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(4.910)	(461)	(5.371)
Equipamentos de informática	(12.115)	(200)	(12.315)
Total da depreciação	(19.947)	(790)	(20.737)
Valor líquido	1.150	(790)	360

Notas Explicativas

	Consolidado					
	31/12/17	Adições	Baixas	Transferências	Perda por redução ao valor recuperável	31/12/18
Custo:						
Edifícios e construções	1.400	-	-	-	(140)	1.260
Máquinas e equipamentos	6.638	-	(70)	-	-	6.568
Móveis, utensílios e instalações	91.244	2.325	(9.409)	548	(815)	83.893
Benfeitorias em imóveis de terceiros	183.329	1.804	(21.666)	1.667	(635)	164.499
Veículos	378	-	(378)	-	-	-
Equipamentos de informática	68.079	5.299	(2.619)	416	(343)	70.832
Imobilizado em andamento	41	2.531	-	(2.572)	-	-
Total do custo	351.109	11.959	(34.142)	59	(1.933)	327.052
Depreciação acumulada:						
Edifícios e construções	(1.204)	(56)	-	-	-	(1.260)
Máquinas e equipamentos	(3.370)	(510)	70	-	-	(3.810)
Móveis, utensílios e instalações	(65.256)	(5.871)	5.330	(4)	-	(65.801)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(157.634)	(8.732)	20.004	(2)	-	(146.364)
Veículos	(378)	-	378	-	-	-
Equipamentos de informática	(54.977)	(5.656)	2.453	(53)	-	(58.233)
Total da depreciação	(282.819)	(20.825)	28.235	(59)	-	(275.468)
Valor líquido	68.290	(8.866)	(5.907)	-	(1.933)	51.584

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 a Administração não identificou eventos que denotassem a existência de indicadores de perda de valor recuperável. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Administração identificou eventos que denotaram a existência de indicadores de perdas e reconheceu no resultado do exercício a perda por redução ao valor recuperável no montante de R$1.933.

12. INTANGÍVEL

		Controladora					
		31/12/18			31/12/17		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	20	710	(710)	-	710	(606)	104

Notas Explicativas

		Consolidado					
		31/12/18			31/12/17		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Ágio	-	47.776	(841)	46.935	61.705	(1.086)	60.619
Cessão comercial	20	25.047	(25.047)	-	30.716	(30.540)	176
Software	20	237.071	(84.349)	152.722	117.039	(67.054)	49.985
Marcas e patentes	-	63	-	63	63	-	63
Intangível em andamento	-	3.225	-	3.225	49.990	-	49.990
		313.182	(110.237)	202.945	259.513	(98.680)	160.833

As alterações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

	Controladora		
	31/12/17	Adições	31/12/18
Custo:			
Software	710	-	710
Amortização acumulada:			
Software	(606)	(104)	(710)
Valor líquido	104	(104)	-

	Consolidado					
	31/12/17	Adições	Baixas	Transferências	Perda por redução ao valor recuperável	31/12/18
Custo:						
Ágio	61.705	-	(13.929)	-	-	47.776
Cessão comercial	30.716	-	(5.669)	-	-	25.047
Software	117.039	1.506	(132)	118.659	(1)	237.071
Marcas e patentes	63	-	-	-	-	63
Intangível em	49.990	72.468	(574)	(118.659)	-	3.225
Total do custo	259.513	73.974	(20.304)	-	(1)	313.182
Amortização acumulada:						
Ágio	(1.086)	-	245	-	-	(841)
Cessão comercial	(30.540)	(176)	5.669	-	-	(25.047)
Software	(67.054)	(17.427)	132	-	-	(84.349)
Total da amortização	(98.680)	(17.603)	6.046	-	-	(110.237)
Valor líquido	160.833	56.371	(14.258)	-	(1)	202.945

Notas Explicativas

Os testes de recuperação são realizados anualmente independentemente da existência de indicadores de perdas para ágio e para os intangíveis com prazo de vida útil indefinida e, na existência de indicadores de perdas para os demais intangíveis. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 a Administração não identificou eventos que denotassem a existência de indicadores de perda de valor recuperável. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Administração identificou eventos que denotaram a existência de indicadores de perdas e reconheceu no resultado do exercício a perda por redução ao valor recuperável no montante de R$1.

Ágio

	Data de aquisição	31/12/18	31/12/17
Ágio na aquisição da Siciliano	06/03/2008	46.935	60.619

A baixa de R$13.684 está relacionada à parcela do ágio atribuída à Unidade Geradora de Caixa (UGC) Siciliano, correspondente as lojas da rede que tiveram suas atividades encerradas em 2018.

Siciliano

Em 31 de dezembro de 2018, o valor recuperável dessa Unidade Geradora de Caixa – UGC foi determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa livre com base em orçamento financeiro de seis anos e taxa de desconto nominal de 13% ao ano.

As projeções dos fluxos de caixa para o período de seis anos, tais como crescimento de vendas, custos e despesas, estão baseadas no orçamento anual aprovado pela Administração.

As principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa livre são:

- Receitas: projetadas de 2019 a 2024 em linha com histórico de crescimento da UGC, bem como o cenário macroeconômico estimado para os próximos anos.

- Custos e despesas operacionais: projetados com base no desempenho mais recente da Siciliano, que considera o plano de ação para aumento da produtividade e no crescimento estimado das receitas.

Os fluxos de caixa posteriores ao período de seis anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 4%, que corresponde à taxa prevista de inflação.

Notas Explicativas

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado	
	31/12/18	31/12/17
Em moeda nacional:		
BNDES	-	54.778
Empréstimos para capital de giro	121.158	146.236
Custos de captação a amortizar	(1.630)	(3.376)
Arrendamento financeiro	16.083	19.216
Fiança BNDES - Itaú	37.260	-
	172.871	216.854
Em moeda estrangeira:		
Empréstimos para capital de giro	-	100.813
	172.871	317.667
Passivo circulante	154.468	119.635
Passivo não circulante	18.403	198.032
	172.871	317.667

Os empréstimos em moeda estrangeira do Varejo, vinculados a operações com derivativos e liquidados em 13 de julho de 2018 correspondentes a R$4.040, estão apresentados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 separadamente dos instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante e não circulante.

Resumo das características dos empréstimos e financiamentos

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2017	Fev/2020	Aval Controladora e Imóvel	R$ 120.000	132% Variação CDI a.a.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2017	Nov/2018	Aval Controladora	R$ 15.000	132% Variação CDI a.a.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Nov/2015	Dez/2020	Bem arrendado	R$ 10.709	Variação do CDI
SG Equipment Finance S/A	Software e manutenção	Leasing	Dez/2014	Dez/2019	Bem arrendado	R$ 12.223	Variação do CDI
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Mar/2017	Fev/2020	Bem arrendado	R$ 6.451	Variação do CDI

(a) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de 6,98% (7% em 31 de dezembro de 2017).

Movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Descrição	31/12/17	Empréstimos obtidos	Fiança BNDES - Itaú	Encargos	Pagamentos principal e juros	31/12/18
BNDES	54.778	-	(37.260)	4.058	(21.576)	-
Empréstimos - capital de giro	243.673	23.699	-	34.649	(182.493)	119.528
Arrendamento financeiro	19.216	435	-	6.300	(9.868)	16.083
Fiança BNDES - Itaú	-	-	37.260	-	-	37.260
	317.667	24.134	-	45.007	(213.937)	172.871

Notas Explicativas

Financiamentos com o BNDES

Garantias

Em dezembro de 2018 o BNDES executou a garantia com o Banco Itaú, para a liquidação do saldo devedor do empréstimo, no montante de R$40.617. Em 13 de março de 2019, o saldo devedor da fiança, no montante de R$ 41.640, foi quitado por meio de saldo em conta, no montante de R$25.000 e de empréstimo contratado com o Banco Itaú, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário, no montante de R$16.640.

Resumo das condições contratadas:

- Data da operação: 13/03/2019
- Taxa: 3% a.a. + 100% do CDI
- Garantia: Mínimo de R$ 3,5MM de Agenda das bandeiras Mastercard e Hipercard.
- Período da Operação: Operação com um período de 30 meses e 1 ano de carência de pagamento de principal.

Empréstimos para capital de giro

Operações contratadas como instrumentos de proteção eficaz – hedge accounting

Banco Itaú BBA International

Operações de empréstimo nos termos da Lei 4.131/1962 – repasse Resolução BACEN 3.844/2010, vinculadas a operações de "swap" com variação monetária pelo CDI e taxas de juros pré e pós fixadas.

As operações de empréstimo e instrumento derivativo de proteção realizadas com o Banco Itaú BBA International foram contratadas em 20 de janeiro de 2015, no montante de R$235.000 (US$89.524 mil) com taxa de juros de 3,53% a.a., com vencimento em 22 de janeiro de 2018, amortizações de principal e pagamento de juros trimestrais. Em 12 de maio de 2017, o Varejo repactuou o montante de R$95.000, com dilação do prazo para três anos, amortizações trimestrais e carência de um ano. A taxa de juros passou de 109,8% da variação do CDI para 111,2% da variação do CDI acrescido de 2% a.a..

Os instrumentos derivativos foram designados formalmente como hedge.

Os empréstimos foram liquidados antecipadamente em 13 de julho de 2018 com recebíveis em cartão de crédito.

Outras operações contratadas para suprir necessidades de capital de giro

Banco do Brasil

Em março de 2017, a Controladora liquidou o saldo dos empréstimos contratados com o Banco do Brasil em 2015, no montante de R$5.564.

O Varejo repactuou o montante de R$120.000, também contratados com o Banco do Brasil, para uma taxa de 132% do CDI, com dilação do prazo para três anos, com amortizações trimestrais e carência de um ano. Em 25 de julho de 2018 foi assinado aditamento que alterou o

Notas Explicativas

cronograma de reposição do principal e a troca da garantia representada por cessão fiduciária de direitos creditórios por uma garantia real representada por hipoteca cedular.

Em 27 de julho de 2017, o Varejo contratou operação sob a forma de Cédula de Crédito Bancário – CCB, no montante de R$15.000, com encargos de 120% da variação do CDI, vencimento em fevereiro de 2018, garantida por aval da Controladora. Em fevereiro de 2018, foi repactuado o montante de R$13.000, à taxa de 124,25% da variação do CDI, com dilação do prazo para um ano, passando o vencimento para 01 de agosto de 2018. Em julho de 2018, foi repactuado o montante de R$13.000, à taxa de 132% da variação do CDI, postergando o vencimento para 01 de novembro de 2018. Em outubro de 2018, foi repactuado o montante de R$13.000, à taxa de 132% da variação do CDI, postergando o vencimento para 01 de abril de 2019.

Banco Daycoval

Operação contratada em 29 de agosto de 2017, sob a forma de Cédula de Crédito Bancário – CCB, no montante de R$3.000, com encargos de 100% da variação do CDI, acrescida de 6% a.a. de juros remuneratórios, vencimento em 29 de agosto de 2018, garantida por aval da Controladora. A operação foi liquidada no respectivo vencimento.

Banco Rendimento

Operação de antecipação de recebíveis a fornecedores, denominada Convênio Confirme, contratada em outubro e dezembro de 2017 nos montantes de R$5.627 e R$3.001 e vencimento em janeiro e fevereiro de 2018, respectivamente, com encargos de 4% a.t., garantida por aval da Controladora. As operações foram liquidadas nos respectivos vencimentos.

Operação de antecipação de recebíveis a fornecedores, denominada Convênio Confirme, contratada em janeiro de 2018 no montante de R$9.506 e vencimento em abril de 2018, com encargos de 4% a.t., garantida por aval da Controladora. A operação foi liquidada no respectivo vencimento.

Em 29 de junho de 2018, o Varejo contratou operação sob a forma de Cédula de Crédito Bancário – CCB, no montante de R$1.709, com encargos de 1,5% a.m. e vencimento em 16 de julho de 2018, garantida por aval da Controladora. A operação foi liquidada no respectivo vencimento.

Banco Original

Operação de antecipação de recebíveis a fornecedores, denominada Convênio Confirme, contratada em março de 2018 no montante de R$8.810 e vencimento em junho de 2018, com encargos de 3% a.t., garantida por aval da Controladora. Como parte do processo de reperfilamento de seus passivos financeiros, a Administração negociou a prorrogação do vencimento para 19 de julho de 2018 do montante residual de R$2.737, quando a operação foi liquidada.

Notas Explicativas

14. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos, que, acumulados segundo as regras do programa, poderão ser utilizados como crédito para o pagamento em compras futuras.

Em 16 de junho de 2017, foram implementadas alterações no programa de acumulação de pontos. De acordo com o novo regulamento do Programa, a cada 500 pontos (Bônus) conquistados por meio de compras (antes, a cada 1.000 pontos) o cliente recebe um voucher de R$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os vouchers emitidos e não utilizados têm o direito de uso expirado no prazo de três meses. Os pontos adquiridos que não acumulam 500 pontos, expiram em um prazo de 12 meses. A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização é registrada em receita diferida, no passivo circulante, pelo valor dos pontos acumulados, de acordo com as regras de acumulação. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos vouchers adquiridos pelos clientes e pela efetiva expiração do direito de uso dos vouchers e dos pontos que não acumularam Bônus.

Em 31 de dezembro de 2018, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R$4.320 (R$1.757 em 31 de dezembro de 2017).

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Fornecedor - nacional	1.719	996	545.385	543.199
Fornecedor - exterior	-	-	3.939	3.681
	1.719	996	549.324	546.880

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes, quando comparado com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Notas Explicativas

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	4.574	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	59	66	1.120	1.269
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	2	-	278	499
Programa de Integração Social - PIS	-	-	-	6
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	-	29
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	7	148
Parcelamento de tributos - Lei 12.996/14 (a)	-	-	814	1.988
Parcelamento de tributos - Estaduais (b)	-	-	1.366	22
Outros	2	3	178	9
	63	69	8.337	3.970
Passivo circulante	63	69	6.823	2.134
Passivo não circulante	-	-	1.514	1.836
	63	69	8.337	3.970

(a) Parcelamento de débitos tributários instruídos em 2014, relacionados a compensações de tributos federais com créditos de PIS/COFINS apurados em 2007 e 2008, não homologadas, no montante de R$2.245. O montante pago no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$170 (R$158 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017).

(b) Parcelamentos ordinários instruídos em 2018, nos Estados de Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Sul relacionados a autos de infração de ICMS. O montante pago no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$716.

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora			
	31/12/17	Despesa	Pagamento	31/12/18
Férias	215	10	(8)	217
Salários a pagar	39	32	(16)	55
FGTS a recolher	119	(45)	(57)	17
INSS a recolher	94	388	(388)	94
	467	385	(469)	383

Notas Explicativas

	Consolidado			
	31/12/17	Despesa	Pagamento	31/12/18
Férias	8.292	8.949	(10.076)	7.165
13º salário	-	8.330	(8.330)	-
Salários a pagar	3.637	90.808	(94.208)	237
FGTS a recolher	1.755	13.226	(13.769)	1.212
INSS a recolher	5.675	27.305	(28.080)	4.900
	19.359	148.618	(154.463)	13.514

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Controladora e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações.

Composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos:

Provisões

	Controladora		
	31/12/17	Constituição/ (Reversão)	31/12/18
Contingências trabalhistas	4.130	(884)	3.246
Contingências cíveis	6	359	365
	4.136	(525)	3.611

	Consolidado		
	31/12/17	Constituição/ (Reversão)	31/12/18
Contingências trabalhistas	11.187	377	11.564
Contingências cíveis	1.316	717	2.033
ICMS - Auto de infração (a)	989	59	1.048
PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo	-	2.162	2.162
	13.492	3.315	16.807

(a) Provisão correspondente ao valor de principal e multa para discussão judicial em curso para anulação de autos de infração lavrados em 2011, relacionados a créditos de ICMS tomados sobre a aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo.

Notas Explicativas

Depósitos judiciais

	Controladora		
	31/12/17	Acréscimo/ (Baixa)	31/12/18
PIS/COFINS (a)	957	20	977
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos	9.634	(6.374)	3.260
Processos judiciais trabalhistas	1.745	(221)	1.524
	18.402	(6.575)	11.827

	Consolidado		
	31/12/17	Acréscimo/ (Baixa)	31/12/18
PIS/COFINS (a)	1.055	22	1.077
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos (b)	28.703	3.447	32.150
Processos judiciais trabalhistas	3.844	654	4.498
	39.668	4.123	43.791

(a) Ações judiciais impetradas pela Controladora e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS, instituídas pela Lei 9.718/98. As ações tiveram o trânsito em julgado em favor das empresas e a liberação dos depósitos aguardam processamento.

(b) Inclui o montante de R$19.959 relativos a IPI, II, PIS e COFINS originados em liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS nos processos de importação do leitor digital – LEV.

Passivos contingentes

A Administração da Controladora e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R$516.815, sendo R$262.443 para a Controladora e R$254.372 para o Varejo (R$653.668 em 31 de dezembro de 2017, sendo R$346.824 para a Controladora e R$306.844 para o Varejo).

Notas Explicativas

Composição dos principais passivos com probabilidade de perdas avaliadas como possíveis:

PROCESSOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA	OBJETO	VALOR ESTIMADO
a- INSS	Autos de infração lavrados contra a Controladora relacionados a constituição de crédito tributário sobre participação nos lucros de colaboradores e administradores e descumprimento de obrigações acessórias	2.015
b- IRPJ/CSLL/PIS/COFINS	Representados substancialmente por processos de impugnação em curso, de despachos decisórios que não homologaram créditos tributários utilizados pela Controladora e o Varejo para o pagamento de tributos federais	162.820
c- PIS/COFINS	Relacionado a ações judiciais que questionaram o alargamento da base de cálculo das contribuições PIS/COFINS e majoração de alíquota da COFINS, instituídos pela Lei 9.718/98 com trânsito em julgado, parcialmente em favor da Controladora e do Varejo, ainda em discussão sobre os montantes dos depósitos judiciais realizados no Banco do Brasil e transferidos para a Caixa Econômica Federal	36.299
d- II, IPI, ICMS, PIS e COFINS	Mandados de Segurança impetrados pelo Varejo para reconhecer a imunidade de impostos e a alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS incidentes nos processos de importação do leitor digital – LEV	61.511
e- ICMS	Autos de infração lavrados contra o Varejo relacionados ao crédito de ICMS registrado sobre aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria de Fazenda Estadual	28.232
f- Diversos	Outras discussões administrativas e judiciais sobre processos tributários	155.918
TOTAL		446.795

PROCESSOS DE NATUREZA CÍVEL	OBJETO	VALOR ESTIMADO
a- Contratos de locação	Ações renovatórias ajuizadas pelo Varejo relacionadas às suas unidades operacionais	23.636
b- Outros	Outros processos da Controladora com objetos variados e do Varejo relacionados à ações individuais de relações de consumo	31.166
TOTAL		54.802

PROCESSOS DE NATUREZA TRABALHISTA	OBJETO	VALOR ESTIMADO
a- Diversos	Ações trabalhistas ajuizadas contra a Controladora e o Varejo, substancialmente relacionadas a responsabilidade subsidiária ou reconhecimento de vínculo empregatício em contratos de prestação de serviço	15.218

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Controladora, no montante de R$282.999 (R$282.999 em 31 de dezembro de 2017), está representado por 26.701.745 ações, sendo 9.622.313 ações ordinárias e 17.079.432 ações preferenciais sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social da Controladora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3.

A Controladora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, por deliberação do Conselho de Administração, e

Notas Explicativas

independentemente de reforma estatutária, em até 20.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto.

As ações preferenciais da Controladora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Controladora, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Controladora mantém 15.700 ações ordinárias em tesouraria, representadas por R$233, com valor de mercado de R$34 (R$2,18 por ação - cotação em 21 de dezembro de 2018).

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Controladora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica "Empréstimos e financiamentos" dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

d) Plano de opção de compra de ações da Controladora

Os Programas aprovados pelo Conselho de Administração foram outorgados a administradores e colaboradores da Controladora e do Varejo. As opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Controladora, conforme decisão à época do exercício da opção a ser tomada pelo Conselho de Administração.

O valor justo para os programas de opção de compra de ações foi calculado na data de outorga de cada programa e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos na rubrica "Despesas operacionais", no resultado, e na rubrica "Reservas de lucros", no patrimônio líquido, como segue:

Notas Explicativas

Ano da outorga e programa	Valores registrados: Até o exercício findo em 31/12/17	Valores registrados: Exercício encerrado em 31/12/18	Total	Valores a registrar em exercícios futuros
2014 - 7º Programa (3ª tranche)	153	-	153	-
2014 - 7º Programa (4ª tranche)	179	18	197	-
2014 - 7º Programa (5ª tranche)	170	49	219	18
	502	67	569	18

A movimentação das outorgas de opções de compra de ações no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:

	7º Programa (3ª tranche)	7º Programa (4ª tranche)	7º Programa (5ª tranche)
Total de opções de compra de ações outorgadas	176.400	176.400	176.400
(-) Opções não exercidas e expiradas/canceladas	(176.400)	(176.400)	(134.000)
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2018	-	-	42.400

No período entre 08 de maio e 06 de setembro de 2017, as opções equivalentes a 42.400 ações do 7º Programa (3ª tranche) não foram exercidas e expiraram.

No período entre 07 de maio e 06 de setembro de 2018, as opções equivalentes a 42.400 ações do 7º Programa (4ª tranche) não foram exercidas e expiraram.

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Notas Explicativas

	7º Programa (3ª tranche)	7º Programa (4ª tranche)	7º Programa (5ª tranche)
Data da outorga	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014
Início do prazo de exercício das opções	08/05/2017	07/05/2018	13/05/2019
Término do prazo de exercício das opções	06/09/2017	06/09/2018	13/09/2019
Taxa de juro livre de risco	11,50%	11,68%	11,74%
Número de administradores e funcionários elegíveis	11	11	11
Preço fixado - R$	21,00	21,00	21,00
Indexador	IPCA	IPCA	IPCA
Número de opções em aberto	-	-	42.400
Valor justo da opção na data da outorga - por opção - R$	3,64	4,64	5,57
Valor da opção para exercício, corrigido pelo IPCA e ajustado pelos dividendos distribuídos até 31 de dezembro de 2018 - R$	-	-	25,91

e) Ajustes de avaliação patrimonial

O saldo de R$11.279, líquido dos impostos diferidos de R$5.810, representa o valor atribuído ao ativo imobilizado "Terrenos" da Controladora em decorrência da adoção da prática do custo atribuído ("deemed cost"), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

f) Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

Constituída em AGO/AGE realizada em 29 de abril de 2016.

Em 02 de agosto de 2017, a Controladora comunicou através de fato relevante aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Administração da Controladora e seus acionistas controladores se comprometeram, em processo administrativo em curso na CVM, a implementar o seguinte cronograma de distribuição do saldo remanescente do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2015, transferido para o passivo circulante e não circulante, no montante total de R$17.452:

Deliberação	Valor
AGO de 2018	5.818
AGO de 2019	5.817
AGO de 2020	5.817

Em 26 de abril de 2018, foi aprovada a distribuição da parcela no montante de R$5.818, correspondentes ao valor bruto de R$ 0,21798 por ação e equivalente a 33% (trinta e três por cento) do saldo da Reserva Especial. As ações da Companhia serão negociadas na condição ex Dividendos a partir do dia 02 de maio de 2018 e o pagamento dos dividendos foi fixado para o dia 18 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas

A distribuição parcial do dividendo obrigatório retido no exercício social 2015, no montante de R$5.817, cujo pagamento era previsto para 18 de dezembro de 2018, conforme havia sido aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2018 foi suspensa em virtude de disposição legal relacionada ao pedido de recuperação judicial (Artigo 6º da Lei nº 11.101/2015).

g) Participação de não controladores

	31/12/18	31/12/17
Saldos no início do exercício	36	39
Participação no resultado do exercício	(24)	(3)
Saldos no fim do exercício	12	36

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	31/12/18	31/12/17
Receita operacional liquida:		
Venda de mercadorias e serviços	1.581.388	1.916.431
(-) Impostos incidentes	(105.918)	(157.616)
(-) Devoluções	(27.484)	(33.106)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	(2.564)	(823)
	1.445.422	1.724.886

Notas Explicativas

21. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Mercadorias	-	-	(1.023.488)	(1.132.252)
Custo dos serviços vendidos	-	-	(10.045)	(17.833)
Despesa com pessoal e encargos	(1.274)	(2.229)	(198.499)	(215.783)
Honorários dos administradores	(1.382)	(1.801)	(5.610)	(5.955)
Propaganda e publicidade	-	-	(27.965)	(36.513)
Arrendamentos operacionais	-	-	(56.785)	(64.073)
Publicações legais	(217)	(294)	(332)	(429)
Condomínio e fundos de promoção	-	-	(34.312)	(35.886)
Fretes e embalagens	-	-	(61.223)	(62.177)
Serviços de informática	(67)	-	(18.745)	(15.046)
Consultoria e assessoria	-	(192)	(8.134)	(7.573)
Viagens e estadias	-	-	(1.268)	(1.194)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	-	-	(22.339)	(27.815)
Perda com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(18.799)	(4.038)
Outras	(1.207)	(1.595)	(93.219)	(93.018)
	(4.147)	(6.111)	(1.580.763)	(1.719.585)
Classificadas como:				
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(1.033.533)	(1.150.085)
Despesas com vendas	-	-	(354.243)	(459.998)
Despesas gerais e administrativas	(4.147)	(6.111)	(192.987)	(109.502)
	(4.147)	(6.111)	(1.580.763)	(1.719.585)

Notas Explicativas

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Resultado na baixa e/ou venda de ativo imobilizado, intangível e ágio	-	-	(19.322)	(2.133)
Perda de valor recuperável - ativo imobilizado/impostos a recuperar	-	-	(22.102)	-
Provisão para perda em investimento	-	-	-	(135)
Baixa de impostos a recuperar	-	-	-	(1.928)
Baixa de créditos com fornecedores considerados irrecuperáveis	-	-	-	(1.199)
Baixa de depósitos judiciais	-	-	(673)	-
PIS/COFINS s/ outras receitas operacionais e financeiras	(37)	(75)	(2.453)	(2.305)
Cartão "private label"	-	-	(1.132)	(728)
Provisão para contingências	-	-	(1.619)	(4.522)
Provisão deságio - impostos a recuperar	-	-	-	(2.100)
Sinistros e outros eventos com mercadorias	-	-	(452)	(1.415)
Parcelamento impostos estaduais	-	-	(1.526)	-
Projetos descontinuados	-	-	(574)	-
Outras despesas operacionais	(1)	(64)	(2.619)	(297)
	(38)	(139)	(52.472)	(16.762)

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Cartão presente não resgatado, e outros créditos de clientes não reclamados	-	-	9.920	12.814
Contribuições sociais a recuperar (i)	-	-	-	8.192
Ajustes contábeis - implementação novo sistema de gestão	-	-	5.575	-
Despesas recuperadas	-	-	1.731	1.277
Indenizações por sinistros com mercadorias	-	-	388	143
Reversão provisão para contingências	5	-	5	540
Outras receitas operacionais	129	85	2.179	2.667
	134	85	19.798	25.633

Notas Explicativas

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Receitas financeiras:				
Receitas sobre aplicações financeiras	1	1	608	953
Valor justo - operação "swap"	-	-	13.596	-
Juros recebidos de clientes	-	3	47	53
Juros sobre impostos a recuperar	582	1.448	3.097	5.230
Descontos financeiros obtidos	53	4	771	601
Operações "Non-deliverable Forward - NDF"	-	-	-	126
Outros juros e variações ativas	-	-	258	473
	636	1.456	18.377	7.436
Despesas financeiras:				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	(208)	(17.940)	(26.294)
Juros sobre empréstimos efetuados pela controlada	(533)	(270)	-	-
Valor justo - operação "swap"	-	-	-	(5.342)
Descontos financeiros concedidos	-	-	(39)	(32)
Outros juros e variações passivas	(187)	(242)	(41.467)	(13.274)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	(153)	(86)	(388)	(841)
Outras comissões financeiras	(153)	(145)	(8.181)	(8.142)
Operações "Non-deliverable Forward - NDF"	-	-	-	(336)
Outras despesas financeiras	(105)	(148)	(704)	(1.547)
	(1.131)	(1.099)	(68.719)	(55.808)
	(495)	357	(50.342)	(48.372)

25. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2018, o Varejo possuía 79 contratos de locação de suas lojas firmados com administradoras de shoppings ou proprietários de lojas de rua, qualificados como arrendamento mercantil operacional para fins de apresentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por índices representativos da inflação e da evolução do segmento imobiliário, com prazos de validade de cinco anos em sua maioria, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Controladora por meio de fiança. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e Administrativa do Varejo possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os

Notas Explicativas

referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória).

Despesas com aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar:

	Consolidado	
	31/12/18	31/12/17
Arrendamentos operacionais - nota explicativa 21	56.785	64.073

O saldo da rubrica "Arrendamento operacional - locação de lojas" no passivo circulante em 31 de dezembro de 2018 no consolidado é de R$31.771 (R$12.563 em 31 de dezembro de 2017).

26. PREJUÍZO POR AÇÃO

O estatuto social da Controladora assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	01/01/18 a 31/12/18			01/01/18 a 31/12/18			01/01/18 a 31/12/18		
	Ordinárias	Preferênciais	Total	Ordinárias	Preferênciais	Total	Ordinárias	Preferênciais	Total
Prejuizo atribuido aos acionistas da Controladora	(108.619)	(193.111)	(301.730)	(107.661)	(191.408)	(299.069)	(958)	(1.703)	(2.661)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuizo básico por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuizo diluido por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Prejuizo por ação - básico - R$	(11,30667)	(11,30667)		(11,20696)	(11,20696)		(0,09971)	(0,09971)	
Prejuizo por ação - diluido - R$	(11,30667)	(11,30335)		(11,20696)	(11,20367)		(0,09971)	(0,09968)	

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	01/01/17 a 31/12/17			01/01/17 a 31/12/17			01/01/17 a 31/12/17		
	Ordinárias	Preferênciais	Total	Ordinárias	Preferênciais	Total	Ordinárias	Preferênciais	Total
Prejuizo atribuido aos acionistas da Controladora	(18.723)	(33.286)	(52.009)	(17.767)	(31.587)	(49.354)	(956)	(1.699)	(2.655)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuizo básico por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuizo diluido por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Prejuizo por ação - básico - R$	(1,94892)	(1,94892)		(1,84942)	(1,84942)		(0,09950)	(0,09950)	
Prejuizo por ação - diluido - R$	(1,94892)	(1,94684)		(1,84942)	(1,84745)		(0,09950)	(0,09939)	

Notas Explicativas

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

Entre os principais objetivos da gestão do capital realizada pela Administração da Controladora e do Varejo destacam-se: o de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas; e o de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados.

As estruturas de capital da Controladora e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 13), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 19).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Empréstimos e financiamentos, líquidos de instrumentos derivativos; e aquisição de empresas	2.637	2.477	175.508	316.104
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(760)	(11)	(95.429)	(68.952)
Dívida líquida	1.877	2.466	80.079	247.152
Patrimônio líquido	120.906	422.022	120.918	422.058
Total	122.783	424.488	200.997	669.210
Índice de dívida líquida	1.53%	0.58%	39.84%	36.93%

Periodicamente, a Administração da Controladora e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

Notas Explicativas

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora	
	31/12/18 Valor Contábil	31/12/17 Valor Contábil
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	760	11
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Fornecedores	1.719	996
Dividendos	17.466	17.466
Partes relacionadas - contrato de mútuo	2.183	7.996
AFAC	10.000	-
Outras obrigações	2.637	3.477
	34.005	29.935

	Consolidado	
	31/12/18 Valor Contábil	31/12/17 Valor Contábil
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	95.429	68.952
Valor justo - operação "swap"	-	4.040
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	57.685	206.910
	153.114	279.902
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	172.871	216.854
Fornecedores	549.324	546.880
Arrendamento operacional	31.771	12.563
Dividendos	17.466	17.466
AFAC	10.000	-
Outras obrigações	3.489	4.206
Passivos - valor justo		
Empréstimos e financiamentos	-	100.813
	784.921	898.782

Notas Explicativas

A Administração da Controladora e do Varejo é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada exercício.

O saldo da rubrica "Empréstimos e financiamentos" é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado (CDI, TJLP e UM Selic), taxas contratuais (nota explicativa nº 13) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; e, portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada período está próximo do valor de mercado. No entanto, não há mercado ativo para os empréstimos e financiamentos obtidos com o BNDES e, desta forma, poderiam ocorrer diferenças em relação ao valor contábil se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

c) Riscos financeiros

As atividades da Controladora e do Varejo estão expostas aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e ao risco limitado ao valor pago pelo derivativo utilizado como instrumento de proteção a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Controladora e do Varejo segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área Financeira da Controladora e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as áreas operacionais.

d) Gestão do risco de taxa de juros

As operações da Controladora e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros, substancialmente sobre os empréstimos tomados e aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Saldos que representavam a exposição máxima ao risco de taxa de juros na data de encerramento do exercício:

		Consolidado
		31/12/18
	Risco	Valor Contábil
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	71.047
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	174.989
Fornecedores	Alta do CDI	414
Outras obrigações	Alta do CDI	2.637
Exposição		249.087

Notas Explicativas

e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Controladora apresenta a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros da Controladora e do Varejo que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Controladora e do Varejo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Eventuais efeitos nos saldos patrimoniais conforme cenários analisados:

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

Notas Explicativas

Operação	Risco	Valores patrimoniais Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI - Varejo	Baixa do CDI	(109)	(272)	(543)
Empréstimos para capital de giro sujeitos a variação do CDI - Varejo	Alta do CDI	(457)	(1.144)	(2.292)
Arrendamentos financeiros sujeitos a variação do CDI - Varejo	Alta do CDI	(100)	(251)	(504)
Fornecedores sujeitos a a variação do CDI - Controladora	Alta do CDI	(1)	(3)	(6)
Outras obrigações sujeitas a variação do CDI - Controladora	Alta do CDI	(7)	(18)	(36)
Resultado líquido		(674)	(1.688)	(3.381)

f) Gestão do risco de taxa de câmbio

Contratos de compra de dólar norte-americano

As receitas da Controladora e do Varejo são expressas em reais. O risco cambial decorre de eventuais operações comerciais geradas, principalmente, pela importação de mercadorias e serviços expressa em dólar norte-americano (US$). A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Controladora e do Varejo é a de proteger-se de eventuais importações, por meio de operações compostas por contratos de compra de dólar norte-americano (“Non-deliverable Forward - NDF”) sem entrega física ou Contratos de Câmbio com entrega física, utilizados somente como instrumento de proteção de valor e nunca como um instrumento especulativo, podendo ser realizado em operações expostas à moeda estrangeira que tenham impacto financeiro na Controladora e no Varejo, entretanto, não designado como “hedge”.

Uma vez definida a importação é tomado por base o nível de preço de moeda que viabiliza a comercialização das mercadorias e serviços no mercado local dentro dos padrões de margem de lucros esperados e os prazos de entrega prováveis; a partir desse fato, define-se o preço de exercício e o vencimento que nortearão a contratação das opções de compra de dólar norte-americano.

Notas Explicativas

O Varejo realizou durante os exercícios de 2016 e 2017, operações relacionadas à compra a termo de quantia de dólar norte-americano sem entrega física (NDF), com o propósito de proteção das operações de importação do seu e-reader – LEV, a seguir apresentada:

Banco ABC Brasil:

		Taxa de câmbio - R$		Valor de	Ganho (Perda) registrado(a)
		Na data		referência	(R$)
Contrato	Vencimento	do contrato	Vencimento	(US$ mil)	31/12/17
18/04/2017	30/06/2017	3,1755	3,2952	1.051	126
07/07/2017	14/07/2017	3,2900	3,2108	491	(39)
07/07/2017	14/08/2017	3,3300	3,1695	558	(90)
14/08/2017	06/10/2017	3,2360	3,1871	1.585	(160)
				3.685	(163)

Banco Safra:

		Taxa de câmbio - R$		Valor de	Perda registrada
		Na data		referência	(R$)
Contrato	Vencimento	do contrato	Vencimento	(US$ mil)	31/12/17
08/12/2016	06/01/2017	3,4280	3,2591	1.025	(47)

A Controladora e o Varejo não realizaram operações de compra a termo de quantia de dólar norte-americano sem entrega física (NDF) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Empréstimos em moeda estrangeira

O Varejo captou empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano - US$) acrescidos de taxa de juros (nota explicativa nº 13), para os quais foram contratadas operações de "swap", com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio e oscilações das taxas de juros, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI e taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Em sua forma, a operação vincula um contrato de empréstimo a uma operação de "swap" firmado na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverá ser liquidado pelo seu valor líquido. Na essência, as operações são empréstimos denominados em moeda local acrescidos de uma taxa de juros pré-fixada e/ou pós-fixada sujeitas à variação do CDI, conforme o caso.

Os instrumentos derivativos associados foram designados formalmente como hedge com o propósito de reduzir a volatilidade dos resultados contábeis decorrentes do registro dos instrumentos derivativos pelo valor justo por meio do resultado, pelo reconhecimento dos ganhos e perdas decorrentes dos instrumentos financeiros derivativos nos mesmos períodos contábeis em que os itens objeto do hedge afetam o resultado contábil.

Notas Explicativas

O tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

As operações foram liquidadas antecipadamente em 13 de julho de 2018.

Exposição a moeda estrangeira

	R$	
	31/12/18	31/12/17
Empréstimos e financiamentos	-	96.774
Swap	-	(96.774)
Exposição líquida	-	-

g) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Controladora e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

Exposição máxima a este risco na data de encerramento do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	760	11	95.429	68.952
Contas a receber de clientes	-	-	57.685	206.910
	760	11	153.114	275.862

Em 31 de dezembro de 2018, o consolidado apresenta saldo de perda com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R$339 (R$1.106 em 31 de dezembro de 2017), para cobrir os riscos de crédito.

h) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora continuamente as previsões contínuas das exigências de liquidez da Controladora e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Controladora e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Notas Explicativas

	Controladora				
Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
Fornecedores	1.719	-	-	-	1.719
Dividendos	5.832	5.817	5.817	-	17.466
AFAC	10.000	-	-	-	10.000
Outras obrigações	2.637	-	-	-	2.637

	Consolidado				
Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
Fornecedores	549.324	-	-	-	549.324
Empréstimos e financiamentos	140.065	36.065	-	-	176.130
Dividendos	5.832	5.817	5.817	-	17.466
Arrendamento operacional	31.771	-	-	-	31.771
AFAC	10.000	-	-	-	10.000
Outras obrigações	3.489	-	-	-	3.489

i) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam às operações da Controladora e do Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica "Contas a receber de clientes" do Varejo está substancialmente distribuído entre as adquirentes de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

j) Linhas de crédito

	Consolidado	
	31/12/18	31/12/17
Empréstimos:		
Utilizado	158.418	242.181
Financiamentos:		
Utilizado	58.136	58.136

k) Garantias obtidas

	Consolidado
	31/12/18
Cartas de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	8.139

Notas Explicativas

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, as cartas de fiança obtidas geraram despesas financeiras de R$1.883 (R$3.170 em 31 de dezembro de 2017).

l) Valor contábil e valor justo dos ativos e passivos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18		31/12/18	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	760	760	95.429	95.429
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	-	-	57.685	57.685
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	-	-	172.871	176.427
Dividendos	17.466	17.466	17.466	17.466
Fornecedores	1.719	1.719	549.324	549.324
Arrendamento operacional	-	-	31.771	31.771
Partes relacionadas - contrato de mútuo	2.183	2.183	-	-
AFAC	10.000	10.000	10.000	10.000
Outras obrigações	2.637	2.637	3.489	3.489

Métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.

- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – Saldos decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.

- Empréstimos e financiamentos e derivativos (swap) – O valor justo para as operações com derivativos do Varejo foram calculados com base no valor futuro das operações determinado conforme as taxas e condições contratadas, descontado a valor presente pelas taxas referenciais de mercado divulgadas pela B3, pelo prazo a decorrer. Relativamente às operações de empréstimos e financiamentos do Varejo contratadas com o BNDES, a Administração entende que o valor contábil representa a melhor referência de valor justo uma vez que as taxas praticadas são específicas para operações com o BNDES.

A Controladora divulga seus ativos e passivos financeiros ao valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidenciação dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os seguintes níveis:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Ativos e passivos da Controladora e do Consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2018:

	Controladora			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	760	-	-	760

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	49.110	46.319	-	95.429

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, é realizada por meio do único segmento denominado “Varejo”.

O segmento Varejo corresponde ao negócio de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e informação. A comercialização é realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País e pelo comércio eletrônico Saraiva.com.br.

29. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Representadas pelo resultado residual das operações do segmento editorial, vendido à Editora Ática S.A. em 2015.

Demonstração de resultados de operações descontinuadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Despesas operacionais	(2.480)	(948)	(2.480)	(948)
Prejuizo operacional	(2.480)	(948)	(2.480)	(948)
Despesas financeiras	(2)	(1.310)	(2)	(1.310)
Prejuizo liquido antes do IR	(2.482)	(2.258)	(2.482)	(2.258)
IR diferido	(179)	(397)	(179)	(397)
Resultado das operações descontinuadas	(2.661)	(2.655)	(2.661)	(2.655)

O resultado de operações descontinuadas no consolidado de R$2.661 (R$2.655 em 31 de dezembro de 2017) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

Fluxo de caixa de operações descontinuadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Caixa liquido utilizado em atividades operacionais	2.183	(835)	2.183	(835)
Caixa liquido das atividades de financiamento	(445)	(8.179)	(445)	(8.179)
Caixa liquido proveniente de operações descontinuadas	1.738	(9.014)	1.738	(9.014)

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Controladora e do Varejo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas dos seguros contratados:

	31/12/18	31/12/17
Lucros cessantes	419.247	100.000
Incêndio - importância máxima	1.147.571	212.902
Responsabilidade civil - conselheiros, diretores e administradores - importância máxima	100.000	100.000
Responsabilidade civil geral - importância máxima	2.000	2.000
Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima	-	1.017
Transporte internacional	3.708	634
Execução fiscal	70.853	24.694

Notas Explicativas

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Foi concluída em março de 2019 com o Banco Itaú a renegociação do montante relacionado à fiança do BNDES, com a quitação da fiança executada pelo BNDES por meio de saldo em conta corrente e de empréstimo com o Banco Itaú na modalidade de Cédula de Crédito Bancário (Nota explicativa 13). A operação liberou R$31 milhões de recebíveis em cartão de crédito, mantidos em garantia de operações financeiras com o Banco Itaú.

32. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A crise econômica iniciada em 2015 foi um dos mais desafiadores períodos da história recente do País no campo econômico, com repercussão significativa nas operações do Varejo, e responde, em boa parte, pelo pedido de recuperação judicial.

A Companhia adotou várias iniciativas para reverter os efeitos negativos causados pela crise econômica: no final de 2015, concluiu a venda do seu segmento editorial e com a persistência do cenário de crise econômica nos anos seguintes, implementou um robusto projeto de transformação composto de um conjunto de ações com foco nas frentes de *Omnichannel*, *Customer Centricity*, Transformação Digital e Eficiência Operacional, conquistando no início de 2018, crescimento das vendas brutas e *Market Share* nas categorias de Livros, Games, Telefonia e no segmento de Volta as Aulas. Além de referido Projeto, também foram tomadas providências emergenciais, que resultaram, no início de novembro de 2018, na construção de um plano de reestruturação, visando tornar a operação enxuta, dinâmica e voltada para a obtenção de rentabilidade operacional e fortalecimento do caixa.

As principais ações do plano de reestruturação resultaram: i) no encerramento de 22 lojas com baixa perspectiva de geração de valor; ii) na descontinuação de produtos com menor rentabilidade e maior demanda por capital de giro e responsável pela acumulação sistemática de créditos tributários, retornando o foco para o mercado livreiro, que representa a essência do Varejo; iii) na adequação da estrutura de custos e despesas por meio da implementação do Orçamento Base Zero – OBZ, definido pelo mínimo necessário de funções e colaboradores para manter a operação, sem causar impactos negativos nos resultados e no atendimento ao cliente; e iv) em uma abrangente revisão e otimização da malha logística alinhando o sistema de abastecimento ao novo mix de produtos.

No entanto, os impactos causados pela crise econômica, associados aos efeitos dos acontecimentos no tempo, tais como o aumento do preço médio dos livros abaixo do esperado, o encolhimento de alguns segmentos de produtos que tinham representatividade relevante no faturamento, as dificuldades enfrentadas para a realização de créditos tributários, a dificuldade de contratação de novas linhas de crédito, entre outros eventos relevantes para a operação, comprometeram a obtenção dos resultados almejados, o que abalou a perspectiva da Companhia de honrar com as suas obrigações de curto prazo.

Por essa razão, em 23 de novembro de 2018, a Companhia apresentou pedido de recuperação judicial, como forma de viabilizar a superação da crise financeira e preservar a manutenção da fonte produtora e a continuidade do negócio. O pedido de recuperação foi deferido e a administradora judicial nomeada em 26 de novembro de 2018. Em 4 de fevereiro de 2019, foi juntada ao processo a minuta do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”).

Notas Explicativas

Com o deferimento do pedido de recuperação judicial a Administração intensificou as negociações com seus principais credores visando estabelecer condições comerciais e modelos de pagamento que pudessem viabilizar os interesses comuns, visando, principalmente, o êxito na aprovação do PRJ, além de implementar diversas ações para garantir a sustentação dos negócios durante e após o período que antecede a aprovação do PRJ e que já apresentaram resultados positivos.

Entre as medidas adotadas, estão:

1. *Abastecimento de produtos*

   A Companhia aditou contratos com 160 dos seus principais fornecedores da categoria de livros que operam por meio de consignação mercantil para garantir o abastecimento, concedendo bônus de performance e promovendo maior eficiência no processo de prestação de contas e acerto. Com essa ação, a Companhia mantém ativos, contratos que representaram 88% da venda de livros no ano de 2018 e devem garantir o abastecimento e o sortimento nos próximos meses. O resultado da medida foi positivo e não se observou redução nos patamares de abastecimento esperados.

2. *Liberação de recebíveis de cartão de crédito*

   A Companhia concluiu com sucesso em março de 2019, a negociação com o Banco Itaú para a liberação de R$31.000 em recebíveis de cartão de crédito que garantiam os pagamentos de operações financeiras, viabilizando o acesso a boa parte do faturamento. Estão em curso as negociações com o Banco do Brasil e a expectativa da Administração é que se encontrarão alternativas que beneficiarão o caixa da Companhia.

3. *Redução de despesas operacionais*

   O plano de restruturação iniciado em novembro de 2018 já apresentou reflexos importantes nos primeiros meses de 2019. Com as vendas realizadas em linha com a expectativa da Administração, foi registrada uma redução superior a 35% nas despesas em relação ao mesmo período de 2018, demonstrando o potencial da Companhia para o sucesso no processo de recuperação.

4. *Laudo de Viabilidade Econômica*

   A Administração, por meio de Laudo elaborado por seus consultores da Galeazzi e Associados, atestou capacidade de honrar suas obrigações nos termos propostos no PRJ. O laudo certifica a capacidade de geração de caixa e a provável continuidade do negócio, baseado em premissas factíveis e alinhadas às ações endereçadas pela Administração para o cumprimento do plano de recuperação judicial.

5. *Imagem consolidada e liderança de mercado*

   A despeito dos impactos sentidos pelas sucessivas crises, a Companhia mantem sua imagem fortalecida e a liderança em alguns segmentos do mercado livreiro, evidenciada pelas negociações com fornecedores da categoria de livros, que prezam pelo sucesso da Companhia no processo de recuperação judicial.

Notas Explicativas

6. Recuperação do mercado de livros no Brasil

Há evidências de um início de recuperação das vendas nos últimos bimestres que sinalizam para uma melhora das operações das redes de varejo e de seus fornecedores.

A Administração mobilizou todos os esforços para efetivar os ajustes possíveis e necessários para garantir a continuidade operacional. A Administração reconhece a relevância dos desafios, no entanto, diante das evidências apresentadas originadas das ações que estão em curso é otimista em seu julgamento acerca da sua capacidade de recuperação.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos

Administradores, Conselheiros e Acionistas do

Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial

São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e plano de recuperação judicial

Conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 32 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia, em conjunto com sua controlada, protocolou pedido de recuperação judicial em 23 de novembro de 2018, o qual foi deferido em 26 de novembro de 2018. Com o deferimento, a Companhia e sua controlada apresentaram o plano de recuperação judicial em 04 de fevereiro de 2019, que está em processo de avaliação, revisão e aprovação pelos credores.

A Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, incorreu em prejuízo individual e consolidado no montante de R$ 301.730 mil e R$ 301.754 mil respectivamente e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante no montante de R$ 870 mil e R$ 316.402 mil no individual e consolidado, respectivamente.

Considerando as incertezas relacionadas com a aprovação do plano de recuperação judicial em assembleia geral de credores e os possíveis impactos nos negócios da Companhia e de sua controlada, a continuidade das operações da Companhia e sua controlada dependerá da conclusão e aprovação do referido plano e da aceitação das condições pelos credores. Dessa forma, a resultado da aprovação e de quais condições serão aprovadas pelos credores, indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contem ressalva relacionada a este assunto.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Mensuração e realização de fornecedores, empréstimos e financiamentos e obrigações sociais e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 13, 15 e 17, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui obrigações a pagar como: i) empréstimos e financiamentos no montante de R$ 172.871 mil no consolidado; ii) fornecedores no montante de R$ 1.719 mil no individual e R$ 549.324 mil no consolidado; e iii) obrigações sociais e trabalhistas no montante de R$ 383 mil no individual e R$ 13.514 mil no consolidado. Os referidos passivos e obrigações legais e contratuais e respectivos instrumentos financeiros, estão registrados ao valor justo pelo critério de custo amortizado por meio do resultado. Entretanto, tais valores não comtemplam a atualização com juros e multa pelo atraso no pagamento que antecede o pedido de recuperação judicial, bem como não consideram nenhum ajuste que poderia ser necessário em caso de aprovação do plano de recuperação judicial pelos credores, que prevê possíveis reduções dos passivos registrados. Desta forma, não nos foi possível determinar se há necessidade de efetuar ajustes nas rubricas empréstimos e financiamentos, fornecedores e obrigações sociais e trabalhistas, assim como aos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e plano de recuperação judicial” e do assunto descrito na seção “ Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

1. Existência e valorização dos estoques da Controlada - Nota Explicativa no 6

Conforme nota explicativa nº 6, em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía um montante de R$ 174.851 mil nas demonstrações consolidadas. Os estoques são compostos basicamente por mercadoria para revenda, estocados no centro de distribuição localizados em Cajamar – SP e nas lojas físicas, localizadas em 17 Estados da Federação. A existência e valorização dos estoques pode ser afetada por eventual erro na movimentação e controle sobre as quantidades físicas, que são controladas por meio de controles sistêmicos de entradas, de saídas e checadas por meio de inventários físicos rotativos realizados pela Companhia. Este assunto foi considerado uma área crítica e de risco em nosso trabalho devido ao risco significativo relacionado à eventual erro que possa ocorrer na movimentação dessa quantidade física, que resultaria em uma valorização inadequada dos estoques em 31 de dezembro de 2018, uma vez que existe um número considerável de itens nos estoques, sendo também alto o volume de movimentação de entradas e saídas dentro do exercício

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

A fim de mitigar o risco de distorções materiais na existência dos estoques devido a eventual erro na movimentação e controle físico dos mesmos, realizamos, entre outros procedimentos: i) entendimento e avaliação dos controles internos implementados pela Administração para estabelecer as normas e procedimentos para contagem física dos estoques; ii) procedemos com o acompanhamento da contagem física dos estoques em determinadas lojas e no centro de distribuição, através de amostragem e, em uma amostra de lojas físicas selecionadas, checamos as diferenças de inventários identificadas, as respectivas conciliações das diferenças e o suporte para os demonstrativos e testamos se as divergências foram adequadamente registradas e os respectivos impostos registrados; iii) executamos procedimento de testes das movimentações, quando os exames foram efetuados em data interina ou data subsequente dos estoques, até a data base das demonstrações contábeis; iv) com auxílio dos especialistas de tecnologia da informação, realizamos a movimentação de entrada e saída dos estoques para o período de 01.10.2018 (data interina) a 31.12.2018, a fim de testarmos a integridade dos estoques.

Com base nos procedimentos efetuados, identificamos algumas fragilidades nos controles dos estoques, originadas, circunstancialmente, em decorrência da implementação do novo sistema de gestão empresarial. Examinamos o reconhecimento contábil dos ajustes necessários em estoques e no custo das mercadorias vendidas e, desta forma, concluímos que os estoques estão apresentados de forma aceitável para 31 de dezembro de 2018.

2. Ambiente de tecnologia da Informação - Nota Explicativa no 1

A Companhia opera em ambiente de negócios altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em suas vendas no e-commerce e em suas lojas físicas.

Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados à complexa arquitetura de integração entre sistemas legados com soluções de mercado que suportam o processamento das operações , considerando o volume de transações e a dependência de disciplina dos processos existentes, podem, eventualmente, resultar em processamento incorreto de dados e informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Em outubro de 2018 a Companhia migrou suas operações e sistemas contábil e financeiro para o sistema de gestão empresarial “SAP”. Entretanto, devido problemas relacionados a performance originados na solução SAP que comprometeram as operações comerciais e de abastecimento, a Companhia decidiu, de forma emergencial, retornar a partir de dezembro o suporte transacional para as operações comerciais e de abastecimento para os sistemas legados, até então utilizados, que passariam a integrar as transações comercias e de abastecimento para os módulos financeiros da solução SAP. Os processos de mudança nos sistemas operacionais ocorridos durante o exercício de 2018 tornaram o assunto uma área de risco e, portanto, foco de nossa auditoria no exercício corrente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outras avaliações, entendimentos dos processos e desenhos operacionais dos sistemas operacionais. Tivemos o auxílio de nossos especialistas em Tecnologia da Informação que executaram os seguintes procedimentos:

• Procedimento de Entity Level Controls (ELC), que compreendeu a avaliação do desenho dos controles gerais de TI nos sistemas que suportam as operações contábeis e financeiras da Companhia, sendo executado o entendimento geral do ambiente de TI em relação à sistemas relevantes para as demonstrações contábeis; entendimento dos sistemas operacionais e banco de dados; entendimento das complexidades associadas a cada aplicação; realização de indagações e walkthroughs para avaliar o desenho do ITGC que possuem impactos na integridade dos relatórios utilizados nas demonstrações contábeis para as áreas de Administração de Segurança, Manutenção de Programas, Execução de Programas e Novos Sistemas;

• Procimentos de Computer-Assisted Audit Techniques (CAATs), compreendendo análises transacionais das Receitas e Estoques durante o período que, segundo nosso julgamento profissional, representaram maiores riscos de distorções nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em decorrência do processo de implantação e integração entre os ERPs SAP S/4 Hana e SIS, sendo executados procedimentos de Journal Entries Testing (JET) como objetivo de suportar nossos exames de auditoria para as análises dos lançamentos contábeis realizados durante o período de 01/01/2018 a 31/12/2018. Além disto, o procedimento teve por objetivos, entre outros: assegurar a integridade da extração dos lançamentos contábeis; assegurar a identificação dos lançamentos manuais e automáticos; extrair os lançamentos manuais incomuns ou não usuais por meio do uso de “Computer-Assisted Audit Techniques” (CAAT) a partir da avaliação realizada pela equipe de auditoria sobre a operacionalização dos lançamentos contábeis para identificação de indícios de fraude.

• Em decorrência da mudança de sistema citada anteriormente, efetuamos um maior volume de procedimentos substantivos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Com base na abordagem de auditoria e nos procedimentos efetuados identificamos fragilidades nos controle operacionais da Companhia relacionados a integração de dados entre os sistemas e que resultaram ajustes em bancos, contas a receber, estoques, fornecedores, outras receitas operacionais e custo das mercadorias e serviços vendidos nas demonstrações contábeis, que foram registrados de forma aceitável pela Administração da Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no tópico “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas” essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2019

Rafael Dominguez Barros

CT CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Saraiva Livreiros S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, analisou: (i) o relatório anual da administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; e (ii) as demonstrações contábeis dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, incluindo o relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, com ressalva, emitido em 26 de março de 2019, sobre as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros e práticas contábeis adotadas no Brasil. Com base nas suas verificações e esclarecimentos obtidos da administração, o Conselho Fiscal da Companhia, por unanimidade, é de opinião que os itens (i) e (ii) acima estão em condições de serem submetidas à deliberação dos acionistas da Companhia em Assembleia Geral.

São Paulo, 27 de março de 2019.

João Verner Juenemann

Presidente do CF

Carlos Antonio Vergara Cammas

Vice-Presidente do CF

Sérgio Ramires Salzano

Secretário

Edmundo de Macedo Soares

e Silva Filho

Fábio Naum Salim Mansur

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao exercicio findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 26 de março de 2019

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 26 de março de 2019